

GESTÃO SOCIAL • RESPONSABILIDADE SOCIAL • VOLUNTARIADO • TERCEIRO SETOR

FILANTROPIA

#64



TRANSFORMANDO VIDAS

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS TÊM PAPEL TRANSFORMADOR E IMPACTANTE
NA VIDA DAS PESSOAS QUE PASSAM POR ELAS

ADMINISTRAÇÃO

Regimento interno pode ajudar
instituições a estabelecer regras
de trabalho

TECNOLOGIA

Organizações sem fins lucrativos
poderão adotar sufixos .ONG e .NGO



ENTREVISTA • ATRIZ BIANCA RINALDI FALA SOBRE A INSTITUIÇÃO QUE CRIOU PARA
MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DE PACIENTES COM MUCOPOLISSACARIDOSE



NATALIA MORATTA

Aluna de pós-graduação do Centro Universitário Senac.

PÓS

CENTRO UNIVERSITÁRIO SENACCURSOS PRESENCIAIS NA GRANDE SÃO PAULO
E INTERIOR DO ESTADO E A DISTÂNCIA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL.**MULTIPLIQUE SUAS CHANCES.**

CONSULTE A UNIDADE MAIS PRÓXIMA:

www.sp.senac.br/posgraduacaoOU LIGUE: **0800 883 2000**Conheça nossos parceiros educacionais nacionais
e internacionais em **www.sp.senac.br/parcerias****PÓS-GRADUAÇÃO
EM RESPONSABILIDADE
SOCIAL EMPRESARIAL
E SUSTENTABILIDADE
NO SENAC.****INVISTA EM NOVAS CONQUISTAS.**

O curso prepara o profissional para atuar na consultoria, articulação, gestão e execução de iniciativas visando a incorporação dos princípios e valores da responsabilidade social e da sustentabilidade nas organizações do setor público, privado e da sociedade civil. Para investir em novas conquistas, faça pós-graduação em Responsabilidade Social Empresarial e Sustentabilidade no Centro Universitário Senac.

CONHEÇA TAMBÉM OS 82 CURSOS DE EXTENSÃO:
www.sp.senac.br/extensao

SEGUINDO EM FRENTE!



THAÍS IANNARELLI
Diretora-executiva
do Instituto Filantropia

Mais um ano se passou, e este, particularmente, foi especial para nós: foi o primeiro ano de vida do Instituto Filantropia, inaugurado em dezembro de 2012. Ao longo deste ano, produzimos mais de 500 páginas de conhecimento técnico voltado para a melhoria da gestão das organizações, atualizamos diariamente notícias no site do Instituto, realizamos eventos mensais com foco em gestão e voltamos nossas atenções para os afiliados.

O objetivo para o ano que chega é focar em contínuas melhorias e colocar em prática o planejado Fórum Interamericano de Filantropia Estratégica – FIFE, que será realizado pelo Instituto Filantropia em março de 2014, em Natal.

E foi o clima de celebração das conquistas e da expectativa para o ano que se inicia que inspirou matéria de capa desta última edição de 2013: falamos de superação das dificuldades e realizações alcançadas por pessoas que contaram com o apoio de organizações sociais durante o decorrer de suas vidas.

São histórias comoventes, de pessoas que passaram por muitas dificuldades e encontraram na atuação do Terceiro Setor uma maneira de dar a volta por cima, graças à sua força de vontade e ao apoio dessas instituições. São histórias como essas que nos encorajam a continuar na luta: fortalecendo a gestão das organizações, todo o atendimento prestado por elas consequentemente melhora também.

Desejamos a todos que a nova etapa que se inicia seja inspirada também por essas histórias apresentadas nesta edição: a força de vontade e a dedicação levam à superação de obstáculos, e à conquista de novas vitórias. Como diria Margaret Thatcher, ex-primeira ministra do Reino Unido: “Gostaria que você soubesse que existe dentro de si uma força capaz de mudar sua vida. Basta que lute e aguarde um novo amanhecer”.



MARCIO ZEPPELINI
Presidente
do Instituto Filantropia

Boa leitura e bom ano novo!

Thaís Iannarelli e Marcio Zeppelini

ENTREVISTA



Bianca Rinaldi

6

COMUNICAÇÃO



As 8 funções da comunicação humana

33

CONTROLE DE QUALIDADE



Instituto Filantropia realiza pesquisa de satisfação com afiliados

64

DATA FILANTROPIA



O que dizem os rankings de sustentabilidade?

72

GESTÃO SOCIAL

Ponto de Vista

14 Como funcionam os Conselhos de Direitos?

Captação de Recursos

17 O estatuto do doador

19 Doações em rede

Administração

20 Estabelecendo regras internas

Tecnologia

24 ONGs poderão adotar sufixos '.ong' e '.ngo'

Voluntariado

26 Nas pequenas atitudes, grandes soluções

28 Voluntariado empresarial: premissas e políticas do programa

Ativismo

30 Aos mestres, com carinho

Planejamento

34 Plano de ação usando o 5W2H

Legislação

37 Equilíbrio de forças restabelecido

10 RADAR SOCIAL

40 PAINEL DE CONTROLE

76 FIQUE LIGADO!

78 GERAÇÃO DE RENDA

80 REFLEXÃO

MULTIPLICANDO O SUAS

Opinião

45 Fazer ou controlar o bem?

Conselhos e conselheiros

47 Marco Regulatório: pequenos passos de uma longa caminhada

SUAS Brasil afora

50 O trabalho na efetivação do SUAS

Ficção

52 O paraíso é logo aqui



HISTÓRIAS EM TRANSFORMAÇÃO

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS FAZEM A DIFERENÇA NAS VIDAS DE PESSOAS QUE AS BUSCAM



62



Para que serve um relatório de sustentabilidade?

MEIO AMBIENTE

68 Violência contra as mulheres é inaceitável

71 Maria da Penha. Da Lapa, da Freguesia, do Brasil

ESPECIAL



www.institutofilantropia.org.br

Rua Bela Cintra, 178 – Consolação – São Paulo – (11) 2626-4019

PRESIDENTE

Marcio Zeppelini

DIRETORA EXECUTIVA

Thaís Iannarelli

AFILIAÇÕES

Leila Souza

CONSELHO DIRETOR

Danilo Tiisel

Felipe Mello

Marcelo Estraviz

Ricardo Oliveira

Rogério Paganatto

CONSELHO CONSULTIVO

Aron Belinky

Dal Marcondes

Fagna Freitas

Fernanda Lyra

Joris Van Wijk

José Chapina

Livio Giosa

Mara Gabrielli

Marcus Nakagawa

Marianne Pinotti

Michel Freller

René Steuer

Rilder Campos

Tomaz de Aquino

CONSELHO HONORIS CAUSA

Alfredo Norberto Fernandes

André da Silva

Cristina Zeppelini

José Mariano Zeppelini

Júlio Leme

Maria Helena Zeppelini

Rafael Baltresca

Reinaldo Oliveira

Roberto Carlos Latini

Silvia Wiedman

ALIADOS ESTRATÉGICOS



PARCEIROS INSTITUCIONAIS



REVISTA FILANTROPIA

ISSN 1677-1362

IDEALIZADORES



IMPRESSÃO



EDITOR GERAL: Marcio Zeppelini (43.722/SP) • **EDITORA-CHEFE:** Thaís Iannarelli (MTB 46.415/SP)

REDAÇÃO: Paula Craveiro | Luciano Guimarães • **EDIÇÃO:** Bruna Moraes | Daniel Arsky | Daniel Gallo | Felipe Lopes | Karina Watanabe | Luciana Silva Rodrigues | Rodolfo Daufembach Lucas • **IMAGENS ILUSTRATIVAS:** shutterstock.com

CONSELHO EDITORIAL DELIBERATIVO: Marcelo Monello | Marcio Zeppelini | Marcos Biasioli | Mauro Zeppelini | Ricardo Monello

A Instituição Amélia Rodrigues por meio do Projeto Investidor Social capta recursos para ações socioeducativas



Desde 2002, a Instituição Assistencial e Educacional Amélia Rodrigues possui o Projeto Investidor Social, que busca atrair o apoio da classe empresarial aos programas socioeducativos que desenvolve. Por meio dele, a entidade, sem fins lucrativos, contribui para a melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes, por meio de atividades educacionais e assistenciais, além dos programas de atendimentos às famílias, à comunidade e orientação à gestantes.

www.investidoresocial.org.br
www.ameliarodrigues.org.br





LUTANDO PELA VONTADE DE VIVER

ATRIZ BIANCA RINALDI FALA SOBRE O INSTITUTO EU QUERO VIVER, CRIADO POR ELA E POR SEU MARIDO PARA AJUDAR PORTADORES DA MUCOPOLISSACARIDOSE

Por Thaís Iannarelli

Avontade de ajudar o próximo falou mais alto na vida da atriz Bianca Rinaldi, que começou sua carreira na televisão aos 15 anos de idade, como a Paqueta Bibi, do Xou da Xuxa. Após conhecer Dudu Próspero, portador da mucopolissacaridose (MPS), a atriz e o marido decidiram ajudá-lo e acabaram criando o Instituto Eu Quero Viver, que tem como objetivo melhorar o diagnóstico no Brasil, manter intercâmbios entre portadores, familiares e associações no âmbito nacional e internacional, despertar a sociedade para o problema da MPS e outras doenças raras e fornecer informações atualizadas sobre a doença para a população e familiares de portadores, assim como profissionais de medicina.

Ao lado da vida profissional, na qual a atriz já atuou em 11 novelas, oito peças de teatro e quatro filmes, Bianca é presidente do Instituto que fundou. Em entrevista à *Revista Filantropia*, ela conta um pouco mais sobre a experiência.





Revista Filantropia: Como você começou a se engajar na área social?

Bianca Rinaldi: Penso que a partir do momento em que me tornei uma pessoa pública.

RF: O que a levou a criar a instituição Eu Quero Viver, ou seja, o que a levou a lutar por uma causa como a mucopolissacaridose?

BR: O que me motivou foi descobrir que esses seres humanos são invisíveis aos olhos da sociedade.

RF: Conte-nos um pouco sobre a instituição e a forma de atuação.

BR: O Instituto Eu Quero Viver foi criado para dar suporte aos portadores de doenças raras. Começamos com a MPS, pois foi o querido Dudu Próspero que procurou a minha ajuda pelo Twitter na intenção de divulgar a existência da doença. Fiz questão de conhecer o Dudu e sua família pessoalmente depois de saber mais sobre a MPS e suas dificuldades, e conhecer toda a batalha da Regina Próspero, mãe do Dudu. Como mãe, cidadã e artista, senti vontade de ajudar, então o Eduardo – meu marido – e eu iniciamos o Instituto. A nossa atuação está ligada diretamente com as associações de MPS, à Regina e ao Dudu, que fazem parte do Instituto.

RF: Como a MPS é vista e tratada em termos de SUS?

BR: Temos um abaixo assinado que está no site do Instituto porque precisamos arrecadar mais de 1.300.000 assinaturas para pressionarmos o governo a incluir os medicamentos dos portadores na lista do SUS. Com isso, iremos evitar a morte de muitos portadores, assim como o desgaste físico e emocional dos familiares que, na maioria das vezes, levam mais de três meses para obter o remédio. Temos também um processo em andamento em Brasília para que o teste do pezinho seja ampliado para o SUS e para que todos tenham a consciência da importância deste teste. A ampliação dele para o SUS facilitará a descoberta de muitas outras doenças raras genéticas e degenerativas, como a MPS. Com isso, será possível obter um diagnóstico precoce, possibilitando dar mais qualidade de vida a esses portadores.

RF: Em sua opinião, como é lutar por uma causa não conhecida pela população? Existem muitas barreiras?

BR: Tratar sobre saúde nesse país já é muito difícil, e ainda ver a desunião da classe familiar dos portadores, o que muito me assustou, fez com que várias vezes eu tivesse vontade de desistir. Muitos pais também questionaram sobre os recursos do Instituto, dinheiro que nem existe ainda. Inclusive, a conta do Instituto é aberta para quem quiser ver. Colocaram em dúvida o meu engajamento com a causa. Pessoas que, ao invés de se juntarem, perdem



Atriz durante atividade do Instituto Eu Quero Viver

tempo criando intrigas. Meu Deus, não há tempo para isso! Na situação das famílias, a hora é de se juntar e lutar por uma única causa. Direito a ter uma vida digna de respeito e o mínimo de qualidade. Pelos portadores e pela Regina Próspero. continuo na luta.

RF: Você considera importante a relação de pessoas famosas com lutas por causas sociais? Por quê?

BR: Sim, porque a imagem do artista é sempre muito bem vista. A visibilidade que o artista atinge pode ajudar muito, servir de exemplo, chamar a atenção para uma causa.

RF: Como você enxerga a atuação do Terceiro Setor e o trabalho das ONGs no Brasil?

BR: Infelizmente, existem pessoas que até no Terceiro Setor querem tirar vantagens, como o desvio de dinheiro e outras coisas, mas acredito que isso seja uma minoria. Conheço muitas instituições sérias que fazem um belo trabalho ajudando milhares de pessoas. Graças a elas, o Brasil não está pior do que poderia estar.

RF: Se você pudesse mudar alguma coisa no mundo, o que seria? Por quê?

BR: Saúde plena e escola para todos. Existem doenças muito cruéis, sem expectativa de cura ou melhora de vida. Com estudo teríamos acesso ao conhecimento, confiaríamos mais em nós mesmos e assim poderíamos, por exemplo, escolher melhor os nossos governantes. Com estudo o Brasil mudaria para melhor para todos. 🇧🇷



MONELLO **CONTADORES**

CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR

***Mais de 45 anos de
Compromisso com
as Entidades do
Terceiro Setor***

A Monello Contadores traz inovação e técnica contábil para as empresas do Terceiro Setor, Sua missão é promover segurança, transparência, planejamento e os melhores resultados, visando assim o desenvolvimento social de seus parceiros.

Nossa visão é prestar serviços contábeis, fiscais e de assessoria, sempre pautados pela ética, responsabilidade social e ambiental, características essenciais do Terceiro Setor.

O principal intuito da Monello Contadores é oferecer os melhores serviços àqueles que têm o interesse em se tornar parceiro na construções de um País mais justo e solidário.



MONELLO
CONTADORES

CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR

Escritório Contábil Dom Bosco

SÃO PAULO/SP:

Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655 - 1º e 2º Andar

Perdizes - CEP 01150-001

Fone/Fax: (11) 3868.6333

www.monellocontadores.com.br



PACTO NACIONAL PELO ENSINO MÉDIO É PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

O Ministério da Educação instituiu o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, pelo qual a pasta e as secretarias estaduais e distrital de Educação se comprometem a valorizar a formação continuada de professores e coordenadores pedagógicos que atuam no ensino médio público, tanto em áreas rurais quanto urbanas. A portaria que detalha o pacto e define as diretrizes gerais, as condições e os critérios para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa está publicada no Diário Oficial da União. Segundo o documento as ações do pacto têm o objetivo de "contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores e coordenadores pedagógicos do ensino médio; promover a valorização pela formação dos professores e coordenadores pedagógicos do ensino médio; rediscutir e atualizar as práticas docentes em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio". A adesão e a pactuação com cada secretaria estadual e distrital de educação e com as instituições de educação superior (IES) públicas serão formalizadas por meio de módulo específico que será disponibilizado eletronicamente pelo MEC.

www.agenciabrasil.gov.br



WILSON DIAS/ABR

ESTUDO PREVÊ EMISSÃO DE 3,5 MILHÕES DE TONELADAS DE CO₂ DURANTE AS OLIMPIADAS

A Secretaria de Estado do Ambiente e o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) divulgaram um levantamento preliminar com a estimativa de que 3,5 milhões de toneladas de gás carbônico devem ser emitidas no Estado no período das Olimpíadas e dos Jogos Paralímpicos de 2016. Para minimizar os efeitos das emissões, 18,5 milhões de mudas serão plantadas até o final de 2015, sendo 16 milhões de árvores nativas da mata atlântica e 2,5 milhões de seringueiras, que absorvem mais carbono. Desde 2009, quando foi assinado o Compromisso Olímpico, 5,5 milhões de mudas já foram plantadas. Para o secretário do Meio Ambiente, Carlos Minc, a meta de plantio deve ser superior ao número estipulado para combater, também, o aumento da emissão de carbono durante a Copa do Mundo de 2014. Segundo o levantamento, dois terços de todas as emissões de carbono estão vinculados ao setor de transportes, com 65,36% de liberação. Em segundo lugar está o setor de construção de locais e eventos, com 25%.

www.inea.rj.gov.br



IDADE MÁXIMA PARA DOAÇÃO DE SANGUE AUMENTOU PARA 69 ANOS

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, anunciou no início de novembro a ampliação da idade máxima de doação de sangue para 69 anos. Atualmente, a faixa etária para doação é de 16 a 67 anos. Padilha assinou também a portaria que torna obrigatória a realização do Teste de Ácido Nucleico (NAT) em todas as bolsas de sangue coletadas pelos bancos de sangue públicos e privados do País. "Estamos adotando este teste como obrigatório tanto nos bancos de sangue públicos quanto nos privados. Ele já acontece em 100% dos bancos públicos brasileiros", disse. Hoje são coletadas no Brasil 3,6 milhões de bolsas por ano, o que corresponde a 1,8% do parâmetro estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS). O objetivo do governo é atingir o parâmetro de 3%. Os bancos de sangue terão 90 dias para se adequar às novas regras. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) será responsável pela fiscalização das redes.

www.agenciabrasil.gov.br



DIVULGAÇÃO

ACABAR COM TRABALHO INFANTIL PODE AJUDAR NA ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Iniciativas que acabem com o trabalho infantil no campo podem ter influência positiva sobre a erradicação da pobreza na América Latina e no Caribe, de acordo com o segundo relatório sobre o trabalho rural da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em conjunto com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Segundo o documento, 48% das 12,5 milhões de crianças da região que trabalham estão na agricultura familiar ou de subsistência. Essa porcentagem varia: 61,5% na região andina, 42,7% na América Central e 38,4% no Cone Sul. “A única solução real para evitar que as crianças trabalhem é avançar na erradicação da pobreza, da insegurança

alimentar e da exclusão social”, explicou o representante regional da FAO, Raúl Benítez, que destacou que, em curto prazo, “existem medidas legais, de educação e sensibilização que os governos podem implantar para garantir que as crianças permaneçam nas escolas e não se exponham aos riscos do trabalho”. Por isso, o relatório assinala que os governos da América Latina e do Caribe devem avançar rumo à erradicação total do trabalho infantil na região, pois uma resposta que permita tirar as crianças do trabalho estará estreitamente vinculada à erradicação da pobreza, permitindo assim romper com o ciclo reprodutivo da miséria.

www.onu.org.br



CHEN SYLVIAN

SUDESTE CONCENTRA METADE DOS DOMICÍLIOS EM FAVELAS DO BRASIL

A região Sudeste reúne praticamente metade dos domicílios situados nas comunidades carentes existentes em todo o Brasil, de acordo com o Levantamento de Informações Territoriais (LIT), realizado com base no Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo o estudo, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo concentram 49,8% do total de casas nestas áreas. Dos cerca de 3,2 milhões de domicílios em aglomerados subnormais – como são chamadas as favelas pelo IBGE – contabilizados nas 27 unidades da federação, 1,6 milhão se encontram no Sudeste. O Nordeste é a segunda região com maior número de habitações em comunidades carentes, com 28,7% do total (926 mil domicílios). Em seguida, aparecem o Norte (14,4% – 463 mil), o Sul (5,3% – 57 mil) e, por último, o Centro-Oeste (1,8% – 170 mil). Realizado pela primeira vez pelo Censo 2010, o LIT pretende qualificar as favelas e proporcionar maior conhecimento dos aspectos espaciais dessas áreas do país.

www.ibge.gov.br



USO DA TECNOLOGIA A FAVOR DA AÇÃO HUMANITÁRIA É TEMA DE RELATÓRIO DA ONU

A edição 2013 do Relatório Mundial sobre Desastres teve como foco o uso da tecnologia e o futuro da intervenção humanitária. O documento destaca como a utilização responsável dos conhecimentos tecnológicos oferece formas concretas de tornar a assistência humanitária mais eficaz e eficiente. O relatório detalha como os agentes humanitários estão empregando a tecnologia de maneiras inovadoras e criativas e quais riscos e oportunidades podem surgir como resultado dos avanços tecnológicos. O documento propõe novas ferramentas tecnológicas de informação e comunicação para a ação humanitária poder antecipar a detecção das crises e das necessidades de cada lugar, permitindo uma resposta melhor e mais rápida e aumentando a transparência das atividades.

www.onu.org.br

BRICS E UNESCO ANUNCIAM COOPERAÇÃO NA ÁREA DE EDUCAÇÃO GLOBAL

Os ministros da Educação dos países que formam o Brics (Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul) reuniram-se em Paris, na França, para debater mais cooperação no setor. O encontro ocorreu à margem da 37ª sessão da Conferência Geral da Unesco. Pela proposta, os Brics compartilharão dados, treinamento vocacional e técnico, e avaliação de práticas de ensino. A Unesco e os Brics debateram ainda o uso da tecnologia de informação e comunicação na educação como uma área prioritária. Segundo a diretora-geral da agência, Irina Bokova, os países do grupo têm potencial para influenciar as tendências da educação global. Esses países têm ainda papel de liderança no progresso da educação. Os cinco países concordaram em estabelecer um mecanismo permanente de cooperação em educação e convidaram a Unesco para desempenhar um papel central no apoio da iniciativa. A Unesco afirma que a parceria dos Brics dará novo fôlego aos esforços da agência para alcançar educação para todos até 2015.

www.unesco.org.br

SISTEMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL SERÁ IMPLANTADO NO BRASIL

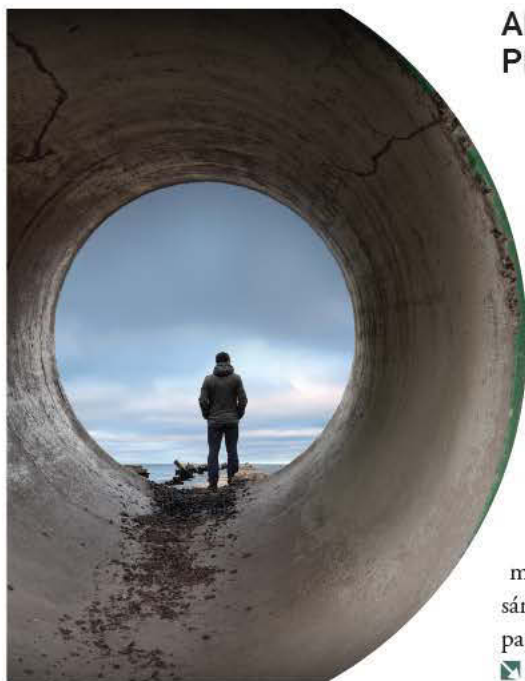
Em 5 de novembro foi assinado o Decreto nº 8.136/13, que aprova o regulamento do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir). O Sinapir é uma forma de organização e de articulação voltada à implementação do conjunto de políticas e serviços destinados a superar as desigualdades étnicas existentes no País, prestados pelo poder público federal. O sistema foi instituído no Estatuto da Igualdade Racial (lei nº 12.288/10) e visa à promoção da igualdade étnica, à integração social da população negra, ao combate às desigualdades sociais resultantes do racismo, à transversalização e à descentralização de políticas públicas destinadas ao combate dos fatores de marginalização, bem como à articulação de planos, ações e mecanismos voltados à promoção da igualdade étnica. O decreto define ainda a estrutura do Sinapir e os órgãos participantes do Sistema, com vistas a garantir a consistência e a manutenção das instâncias de diálogo entre a sociedade civil e o Poder Público, de pactos e articulação da política pública nas três esferas de governo e permitir a gestão mais eficiente dessas políticas, garantindo espaço de troca de aprendizado institucional.

www.seppir.gov.br

APENAS 30% DOS MUNICÍPIOS DEVEM CONCLUIR PLANOS DE SANEAMENTO BÁSICO EM 2013

Das 5.570 prefeituras brasileiras, apenas 30% devem concluir este ano o Plano Municipal de Saneamento Básico, previsto pela lei nº 11.445/2007, que tornou obrigatória a elaboração dos planos, segundo estimativa do Ministério das Cidades e da Associação Brasileira de Agências de Regulação (Abar). Pelo cenário atual, 70% dos municípios ficarão impedidos de receber recursos federais para aplicar no setor, já que o decreto nº 7.217/2010 determinou que, a partir de janeiro de 2014, o acesso a verbas da União ou a financiamentos de instituições financeiras da administração pública federal destinados ao saneamento básico estará condicionado à existência do plano. Segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2011 do IBGE, apenas 609 municípios já haviam elaborado seus planos de saneamento. O plano contempla o planejamento de longo prazo para investimentos em obras de abastecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. Também prevê diagnóstico da situação, metas de curto, médio e longo prazos para a universalização do saneamento, programas e ações necessários para atingir os objetivos identificando as fontes de financiamento e mecanismos para a avaliação da eficiência e eficácia das ações programadas.

www.agenciabrasil.gov.br



DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA AUMENTA 28%

O desmatamento na Amazônia subiu 28%, segundo números do Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica por Satélites (Prodes) e do Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (Inpe). Os dados são equivalentes ao período de agosto de 2012 a julho de 2013, e mostram que a área desmatada foi de 5.843 quilômetros quadrados. Apesar do aumento, essa é a segunda menor taxa de desmatamento já registrada em toda a história desde que o monitoramento começou a ser feito. Entre os Estados que mais desmataram estão Mato Grosso (52%) e Roraima (49%). Quando o cálculo é feito em quilômetros, os Estados que lideram o *ranking* de desmatamento são o Pará (2.379 quilômetros quadrados) e Mato Grosso (1.149 quilômetros quadrados).

www.agenciabrasil.gov.br



PATRICK MAKAREM/IBAMA



ONG CANTO CIDADÃO REALIZA UM DOS MAIORES PROJETOS DE TEATRO GRATUITO DO PAÍS

A ONG Canto Cidadão está levando, gratuitamente, crianças da rede pública de ensino e de organizações sociais ao teatro. O Programa “Arte em Todo Canto” teve início em maio e até final de outubro já beneficiou mais de 20 mil crianças, superando em 40% a meta inicial. Trata-se da sequência do projeto que começou em 2008 e já atendeu a mais de 40 mil pessoas de escolas públicas e hospitais. No total são dez peças

apresentadas durante a semana a grupos de 80 crianças. Os espetáculos são oferecidos no teatro do Canto Cidadão (Rua Galeno de Almeida, 557, em São Paulo) e abordam temas de cidadania, educação, meio ambiente e saúde. O projeto também leva a peça “Pra onde vão as bolinhas de sabão?”, de autoria de Felipe Mello, a unidades dos CEUs (Centros Educacionais Unificados).

<http://cantocidadao.org.br>

COMO FUNCIONAM OS CONSELHOS DE DIREITOS?

Saiba como atuam os conselhos municipais da criança e do adolescente

Por **Thaís Iannarelli**

Após 23 anos da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a atuação dos Conselhos de Direito no país tornou-se importante ferramenta para fazer valer os preceitos da lei. Em entrevista à *Revista Filantropia*, Fábio Silvestre da Silva e Valdir Gugiel, presidente do CMDCA de São Paulo e conselheiro de Direito do CMDCA de São Paulo, respectivamente, falam sobre o papel desses conselhos e sobre a aplicação do ECA no dia a dia das organizações do país.

Revista Filantropia: Qual é o papel do CMDCA, exatamente?

Fábio Silvestre da Silva: O Conselho de Direitos é um órgão garantido pela Constituição Federal e regulamentado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8.069/90) e tem como missão central a defesa da Doutrina de Proteção Integral e de cuidar com afincos e prioridade da Política de Proteção DCA. O Conselho é um Órgão Paritário (entre governo e Sociedade Civil, em números iguais) e, no Sistema de Garantia dos Direitos, tem papel fundamental no controle da efetivação das políticas voltadas para criança e o adolescente. Além disso, tem a responsabilidade legal de elaborar,

deliberar, acompanhar e fiscalizar a Política da Proteção Integral de Criança e Adolescente nos três níveis de governo (Municipal, Estadual, Distrital e Federal). Cabe também a este órgão o diálogo coletivo, setorial, intersetorial, ministerial e ou intersecretarial, com o Poder Público e com a Sociedade Civil sobre a matéria acima mencionada.

RF: Há muita discrepância em termos de atuação do CMDCA nas diferentes regiões do Brasil?

Valdir Gugiel: O Brasil tem dimensões continentais e diferenças regionais, inclusive de entendimentos e prioridades. Como em todas as situações, há sim, infelizmente, uma discrepância na atuação, especialmente na priorização dada às políticas voltadas para crianças e adolescentes. Há um desconhecimento generalizado do Estatuto, mesmo após seus 23 anos de existência. Além da população em geral, em muitos municípios não há o reconhecimento do Poder Público (entendido aqui como Executivo, Legislativo e Judiciário), o que tem acarretado a lenta implementação do Estatuto. Em outros casos, temos conselhos atuantes que conseguem estabelecer as políticas públicas necessárias que atendem as demandas territorializadas das crianças e adolescentes.



O Conselho é um Órgão Paritário (entre governo e Sociedade Civil, em números iguais) e, no Sistema de Garantia dos Direitos, tem papel fundamental no controle da efetivação das políticas voltadas para criança e adolescente.

Fábio Silvestre da Silva
Presidente do CMDCA de São Paulo

RF: Como funciona o FUMCAD e qual é sua relação com o CMDCA?

FSS: Os Fundos da Criança e do Adolescente são mecanismos instituídos para reservar recursos voltados a programas e projetos de atenção aos direitos da criança e do adolescente para a proteção especial, conforme entendimento do ECA, na Política de Atendimento, que devem ser implementadas por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, todas deliberadas pelo Conselho Municipal DCA. Vale destacar que estes recursos são suplementares e devem atuar com excepcionalidade, ou seja, os Fundos são para atuar (financiar) programas e projetos inovadores que gerem impacto na melhoria da qualidade de vida desta população. A relação entre o FUMCAD e o CMDCA é estreita, uma vez que somente o CMDCA (Plenário) pode autorizar o uso de seus recursos do Fundo, isso mediante a um bom planejamento de ações e atividades, o que nós chamamos de Plano de Ação e de Aplicação do recurso.

Fale um pouco sobre a relação das ONGs com o CMDCA? Como é a atuação deles em conjunto?

VG: Cabe aos Conselhos de Direitos o papel de registrar Programas e emitir registros autorizativos de funcionamento das Organizações Sociais e nos programas do Poder Público que atuam com Crianças e Adolescentes no Município, Estado, Distrito Federal. Cabe ao CMDCA o papel de avaliação e monitoramento da eficácia e eficiência das políticas executadas pela sociedade e pelo Poder Público e Executivo. Assim, deve ser uma relação de confiança, com transparência e muito dialógica para que o interesse superior da criança e do adolescente seja plenamente atendido. Hoje a relação pode ser descrita como utilitária, na medida em que as organizações participam das atividades do CMDCA quando dizem respeito aos seus interesses de financiamento de projeto, afastando-se sempre que o assunto é relativo ao estabelecimento da política pública em si e o controle da efetividade da gestão do poder executivo. O entendimento do CMDCA é que esta relação não pode ser vista pelas organizações

apenas como um balcão de transferência de recursos financeiros. Pelo contrário, deve-se buscar e analisar alternativas para ampla e estrategicamente cumprir seu papel dentro do Sistema de Garantia dos Direitos, estabelecido pelo Estatuto.

Como vocês analisam a aplicação do ECA no Brasil?

FSS: O ECA, como ficou conhecido, representa sem dúvidas um divisor de águas, principalmente por reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos de direito e como prioridade absoluta nas políticas públicas. Vinte e três anos depois, é possível avaliar alguns avanços inegáveis na melhoria de qualidade de vida da população infanto-juvenil, como a redução da mortalidade infantil, a universalização do acesso à educação formal, a diminuição significativa do trabalho infantil, a normatização do trabalho do aprendiz, o alojamento conjunto de recém-nascidos e suas mães, a regulamentação da adoção e do sistema de medidas socioeducativas, a expansão dos Conselhos Tutelares e o fortalecimento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). No entanto, ainda são muitos os desafios para a garantia dos direitos de crianças, adolescentes e suas famílias, principalmente o acesso universal a políticas públicas de qualidade, que contemplem a superação das desigualdades e valorização da diversidade cultural, religiosa, geracional, de orientação sexual e de nacionalidade. Apesar do balanço positivo e alguns desafios, o ECA tem sido alvo de ameaças, muitas vezes motivadas pela falta de informação ou por distorções diversas, que apontam para um retrocesso em relação às conquistas históricas dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada. É o caso, por exemplo, das manifestações contrárias à proibição dos castigos corporais e da proposta de redução da maioridade penal, sob a argumentação falaciosa de que o recrudescimento diminuiria a violência nos grandes centros urbanos. A efetiva implementação do Estatuto permanece, ainda hoje, como um desafio que só poderá ser superado por meio do diálogo e da articulação entre os componentes do Sistema de Garantia de Direitos e de uma coordenação sólida da política nacional para crianças e adolescentes. 

Cabe ao CMDCA o papel de avaliação e monitoramento da eficácia e eficiência das políticas executadas pela sociedade e pelo Poder Público e Executivo.

Valdir Gugiel
Conselheiro de Direito do CMDCA de São Paulo



Treinamentos em Gestão Social



2014

São Paulo-SP
27 de janeiro

Voluntariado Empresarial

Renata Macedo e Renata de Toledo Rodovalho

São Paulo-SP
27 a 30 de janeiro

Oficina em Captação de Recursos

Marcelo Estraviz

São Paulo-SP
29 de janeiro

Responsabilidade civil, tributária e criminal dos administradores do Terceiro Setor

Priscilla Trugillo e Paula Borsato

São Paulo-SP
30 de janeiro

Elaboração de projetos para editais públicos e empresariais

Michel Freller

São Paulo-SP
4 de fevereiro

Resíduos sólidos: oportunidades e desafios

Ivan Mello e Reinaldo Canto

São Paulo-SP
5 de fevereiro

Certificações e normatizações da responsabilidade social e da sustentabilidade

Augusto Roque

São Paulo-SP
11 de fevereiro

Storytelling: comunicação e captação de recursos

Fabiana Dias

São Paulo-SP
11 de fevereiro

GRI - Relatório Global de Sustentabilidade

Luis Pero

São Paulo-SP
12 de fevereiro

Departamento de Captação de Recursos: da teoria à prática

Marcelo Estraviz

São Paulo-SP
13 de fevereiro

Sustentabilidade corporativa

Alexandre Macdowell, Andrea Goldshmidt, Flávia Moraes e Marcus Nakagawa



Venha conhecer a estrutura da Diálogo Social!

Apoio:

REVISTA
FILANTROPIA

Inscrições e informações

www.dialogosocial.com.br

(11) 2978-6686

dialogo@dialogosocial.com.br

diálogo
social



Acesse o site pelo
seu smartphone

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

O ESTATUTO DO DOADOR

Neste texto vamos tratar de um assunto de grande relevância, porém muito pouco debatido entre os (as) profissionais de captação de recursos: o respeito aos doadores das organizações.

O doador, ainda que muitas vezes não seja visto desta forma, está para as organizações da sociedade civil como o cidadão está para o Estado e os consumidores para as empresas: ele é o cliente.

Essa afirmação, no entanto, dificilmente é vista por aqui, pois como regra geral entendemos como 'clientes' das organizações

aqueles que são beneficiados pelas suas ações sociais, culturais, ambientais etc. Estes, de fato, fazem parte da razão de existência das organizações, da missão dela, mas não são os que financiam suas atividades, não são os doadores e, portanto, não são os verdadeiros clientes: não têm necessariamente compromisso com a causa da entidade, ainda que recebam o impacto positivo dela.

Foi a partir dessa crença — a de que devemos respeitar e valorizar os doadores não somente como financiadores das organizações, mas como seus clientes — é que se criou o





◀ **JOÃO PAULO VERGUEIRO** é presidente da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR). É administrador, professor na Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP) e Gerente de Comunicação no Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS).

Estatuto do Doador, série de recomendações que faz parte do *Código de Ética e Conduta Profissional do (a) Captador (a) de Recursos*, documento que determina as principais diretrizes para quem atua na área de forma ética, íntegra e profissional.

O *Código de Ética* prevê, como princípios fundamentais na tarefa de captar recursos privados para benefício público (de todos), a integridade, a transparência, o respeito à informação, a honestidade em relação à intenção do doador e o compromisso com a missão da organização que solicita fundos. Esses princípios devem ser seguidos incondicionalmente por todos sob pena de

comprometerem aquilo que lhes é mais valioso no exercício de sua profissão: a credibilidade. Para os associados e associadas da Associação Brasileira de Captadores de Recursos são mais que meros princípios, são uma obrigação.

É dentro do *Código de Ética* que se encontra o *Estatuto dos Direitos do Doador*. São nove curtas e objetivas recomendações que existem para que pessoas e organizações interessadas em doar tenham plena confiança nas organizações do Terceiro Setor e estabeleçam vínculos e compromisso com as causas que são chamados a apoiar:

1. Ser informado sobre a missão da organização, sobre como ela pretende usar os recursos doados e sobre sua capacidade de usar as doações, de forma eficaz, para os objetivos pretendidos.
2. Receber informações completas sobre os integrantes do Conselho Diretor e da Diretoria da organização que requisita os recursos.
3. Ter acesso à mais recente demonstração financeira anual da organização.
4. Ter assegurado que as doações serão usadas para os propósitos para os quais foram feitas.
5. Receber reconhecimento apropriado.
6. Ter a garantia de que qualquer informação sobre sua doação será tratada com respeito e confidencialidade, não podendo ser divulgada sem prévia aprovação.
7. Ser informado se aqueles que solicitam recursos são membros da organização, profissionais autônomos, contratados ou voluntários.
8. Poder retirar seu nome, se assim desejar, de qualquer lista de endereços que a organização pretenda compartilhar com terceiros.
9. Receber respostas rápidas, francas e verdadeiras às perguntas que fizer.

O Código de Ética prevê, como princípios fundamentais na tarefa de captar recursos privados para benefício público (de todos), a integridade, a transparência, o respeito à informação, a honestidade em relação à intenção do doador e o compromisso com a missão da organização que solicita fundos.

Como vimos, são recomendações simples e diretas, que de forma clara explicam como deve a organização — e por consequência os (as) captadores (as) — atuar em relação aos doadores, aqueles que são um dos seus maiores ativos e claramente responsáveis pela sua sustentabilidade financeira.

Seguir as recomendações previstas no *Estatuto dos Direitos do Doador* não garantirá, *per se*, sucesso no trabalho de

captação de recursos. Isso vem com planejamento, investimento, tempo e dedicação. Seguir as recomendações, porém, garantirá que o trabalho desenvolvido pelo (a) captador (a) não será em vão, não se perderá em pouco tempo, possibilitando uma longa e confiável relação entre a organização e seus doadores.

Cientificamente falando, no Brasil, não temos como saber se aquela velha máxima do marketing de empresas, de que é de cinco a sete vezes mais barato manter um atual cliente do que conquistar um novo, vale também para os doadores. Ainda assim, em se tratando de quem investe dinheiro, não há dúvida que o recurso trazido por aquele que já é um (a) doador (a) tem um impacto bastante positivo para a organização, e a deixa menos dependente de novos apoiadores. Cuidar bem deles, portanto, é uma obrigação de todos (as) os (as) captadores (as). 📌

#diadedoar

DOAÇÕES EM REDE

Lançamento do Dia de Doar, em 30 de novembro, teve como meta incentivar doações para diversas causas e instituições

Por Thaís Iannarelli

O QUE É?

O #diadedoar é o dia nacional no qual as pessoas poderão fazer todo tipo de doação, convidando amigos e familiares a fazerem o mesmo. É um dia que serve de estímulo para ampliar a cultura de doação no Brasil, inspirado em outros países que fazem o mesmo.

POR QUE 30 DE NOVEMBRO DE 2013?

A data foi escolhida por ser próxima ao Natal, momento em que as pessoas já estão mais pré-dispostas a se sensibilizar pelos outros. Também é um período em que as pessoas já estão recebendo seu 13º Salário.

O QUE PODE SER DOADO?

Pode-se doar sangue, doar móveis, declarar a doação de órgãos, doar livros... mas o principal objetivo é que se doe dinheiro para ONGs, aumentando os recursos nas organizações que acreditamos.

QUANTO É RECOMENDÁVEL PARA DOAR?

Não importa o valor, e sim o ato. Pode ser 5 reais, podem ser 100 mil reais. O importante é que o ato estimule outras pessoas a fazerem o mesmo.

DEPOIS DE DOAR, O QUE SE DEVE FAZER?

A pessoa pode simplesmente se orgulhar disso ou também contar para outras pessoas para que façam o mesmo. Ela pode estimular seus familiares, os quais podem decidir doarem juntos para uma mesma ONG ou conversar entre si para que cada um doe para a instituição que preferir.

HÁ UMA META?

Sim. Hoje nós, os indivíduos, doamos 5 bilhões por ano para instituições das mais diversas. Nosso objetivo é em 5 anos chegar a 10 bilhões. Queremos também atingir em 10 anos um número de doadores que seja equivalente à metade da população brasileira. Hoje somos aproximadamente 19%.

ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES:

- Instituto Doar
- Centro de Voluntariado de SP
- Plataforma Think&Love
- Feira ONG Brasil
- ABCR
- Base – Sociedade Colaborativa
- Movimento por uma Cultura de Doação
- Repense
- E mais de 500 ONGs



◀ **DANILO TIISEL** é graduado em Direito pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, com especialização em Legislação do Terceiro Setor, Gestão para o Terceiro Setor e Direito Ambiental.



◀ **RAISSA GRADIM** é advogada formada pela PUC-SP, pós-graduada pela Université Panthéon-Assas (Paris 2) - França e FGV-SP. Consultora jurídica no Terceiro Setor.



ESTABELECENDO REGRAS INTERNAS

Criação de Regimento Interno não é obrigatória, mas é muito útil para organizações sem fins lucrativos

O Regimento Interno tem por objetivo complementar o Estatuto Social, detalhando as regras gerais inicialmente mencionadas e especificando as normas de funcionamento e administração da organização. Em outras palavras, o Regimento Interno contém os procedimentos práticos e aspectos do dia a dia da organização.

No Brasil, a elaboração deste documento não é obrigatória e não é prevista em lei. A exceção à não obrigatoriedade de sua implementação será quando o Estatuto Social da organização determiná-la expressamente.

VANTAGENS

Apesar de ser um documento facultativo, o Regimento Interno pode ser útil, sendo extremamente recomendável que organizações de médio e grande porte o adotem, principalmente quando já têm um certo tempo de funcionamento e os procedimentos internos operacionais já se demonstram mais complexos.

Como o Regimento Interno pode ser útil:

- Tornando o direcionamento institucional claro para o público interno da organização (missão, visão e valores institucionais);
- Evitando sobrecarregar o Estatuto com detalhes operacionais muito específicos, tornando-o mais conciso e claro;
- Previnindo dificuldades de interpretação do Estatuto que podem levar a organização a situações de impasse;
- Proporcionando à organização um funcionamento transparente e seguro, reduzindo riscos;
- Quando necessário, mantendo a confidencialidade das regras internas de operação da organização, pois o regimento não precisa ser tornado público;
- Estabelecendo princípios, regras de procedimento, deveres e obrigações para seus membros e dirigentes;

- Organizando as relações entre os membros da organização, sejam eles usuários, empregados, voluntários ou dirigentes;
- Amenizando tendências demasiadamente centralizadas e possibilitando a configuração de responsabilidade individual;
- Proporcionando a futuros membros, dirigentes, colaboradores e até mesmo financiadores o acesso mais fácil às regras essenciais da organização;
- Dando sinal de boa governança da organização; e
- Permitindo alterações das normas internas sem necessidade de modificar o Estatuto Social (e sem ter que informar o cartório, o que libera a organização de pagamentos de taxas a cada alteração).

FORMALIDADES

Por ser um documento não obrigatório, não existe forma pré-estabelecida nem cláusulas obrigatórias. O conteúdo do Regimento Interno é, portanto, determinado livremente pela organização (exceto nos casos em que seu formato é determinado pelo Estatuto Social).

Conselho: Não escreva o Regimento Interno logo no momento da criação da organização. Espere alguns meses ou até mesmo um ano para observar o seu funcionamento para, então, redigir um documento que ajude a resolver os desafios enfrentados.

O Regimento Interno deve, no entanto, detalhar procedimentos sempre relacionados ao Estatuto Social da organização, não devendo editar ou contradizer suas disposições. Em caso de conflito, prevalecem as disposições estatutárias. Ademais, deve estar em conformidade com as leis brasileiras.

Normalmente é o Estatuto que determina o órgão competente para elaborar e implementar o regimento interno. Este pode ser livremente escolhido: presidente, conselho, comitê especial, Assembleia Geral etc. Caso não haja nenhuma disposição estatutária a respeito, as regras de procedimento a serem adotadas serão definidas pela Assembleia Geral.

Para realizar modificações no Regimento Interno, também devem ser observadas as regras previstas no Estatuto ou no próprio Regimento. Na falta de previsão, o órgão que aprovou as normas do Regimento será o competente.

CONTEÚDO

As normas prescritas no Regulamento podem tratar de todos os elementos da vida da organização. À título exemplificativo, o Regimento Interno pode prever os assuntos a seguir:

- declaração de princípios, valores, fundamentos, metodologias e doutrinas adotadas pela organização;
- horários de funcionamento da organização: abertura, encerramento, intervalo de almoço, sábados, domingos, feriados, dias de folgas etc.;
- vestimentas exigidas;
- detalhamento das atividades e diretrizes dos projetos desempenhados pela organização;

- procedimentos específicos de cada atividade interna;
- procedimentos para a convocação de reuniões, definição de *quorum* e elaboração de atas;
- critérios para admissão e dispensa de empregados;
- procedimento para contratação de serviços e aquisição de bens;
- prêmios, títulos e homenagens deferidos pela organização;
- metodologia de prestação de contas e reembolso de despesas;
- organograma da organização;
- detalhamento de funções, atribuições e responsabilidades dos membros da organização;
- poderes dos administradores (incluindo limitações e delegações de autoridade);
- relação dos membros com a organização: usuários, membros, voluntários e dirigentes;
- regras para a criação de novos cargos, conselhos, comitês temáticos ou regionais, grupos de trabalho ou estudo;
- estabelecimento de categorias de associados e os requisitos para pertencer à determinada categoria;
- definição de procedimentos para adesão de associados (documentos necessários, modelo de ficha de cadastro etc.), bem como para a sua exclusão;
- regulamentação do trabalho voluntário: regras de seleção, procedimentos de admissão e demissão, modelos de ficha e termo de voluntariado, descrição das funções etc.;
- procedimentos e competência para a reforma do Regimento.

ALGUMAS DICAS PARA COMEÇAR A ELABORAÇÃO DE UM REGIMENTO INTERNO

É fundamental que os membros da organização deliberem a respeito da necessidade real da elaboração de um Regimento Interno? Por que esse documento faz falta? É obrigatório segundo o Estatuto Social? Quais temas necessitam de regulamentação mais detalhada?

Na hora de começar a redação, sugere-se analisar todas as causas de falha ou conflito dentro da rotina da organização. Recomenda-se fazer uma lista contendo todas as situações e classificá-las em ordem de gravidade.

Em seguida, formular uma solução na forma de procedimento escrito para cada uma delas, sempre pensando em formas de aperfeiçoamento e simplificação do funcionamento interno da organização, bem como na clareza dos procedimentos. Estes serão os primeiros itens do Regimento Interno.

Cabe ressaltar que é imprescindível que todos da organização participem do processo. São indispensáveis conversas com os membros, associados, voluntários e colaboradores para que o Regimento Interno reflita com clareza as necessidades institucionais e auxilie efetivamente na gestão institucional. 

É importante seguir as regras estabelecidas no Estatuto para redação e adoção do Regimento Interno, a fim de que esse documento obtenha valor jurídico e seja observado e respeitado por todos os membros e órgãos da organização e, eventualmente, até por terceiros.

Seteco há 45 anos agregando valor na gestão de negócios

A competência de uma organização pode ser medida pela qualidade e grau de exigência, quanto a coerência e precisão de um trabalho contábil.

Dedique-se ao seu negócio e terceirize com a **SETECO**, especializada nos segmentos indústria, comércio, serviços e terceiro setor.

- ✓ Terceirização contábil, fiscal e trabalhista (Outsourcing)
- ✓ Prevenção e mitigação de riscos (Compliance)
- ✓ Automação, integração e administração de controles internos (BPO)
- ✓ Consultoria empresarial e tributária (Tax)
- ✓ Sistema Integrado de Gestão (ERP)
- ✓ Imposto de renda pessoa física
- ✓ Abertura de empresa e alterações contratuais





ONGs PODERÃO ADOTAR SUFIXOS '.ONG' E '.NGO'

A partir do primeiro trimestre de 2015, domínio será liberado apenas para organizações sociais comprovadamente sem fins lucrativos

Por Luciano Guimarães

Após 25 anos utilizando o sufixo '.org' na internet, as entidades sem fins lucrativos de todo o mundo poderão, finalmente, escolher entre as opções '.ngo' e '.ong', siglas para organização não governamental. As novas terminações foram aprovadas pela Public Interest Registry (PIR), empresa que desde 2003 administra a terminação '.org', atualmente em uso.

Segundo a PIR, a alteração trará mais segurança a todo o Terceiro Setor, visto que ao reconhecer a autenticidade da entidade, os doadores poderão realizar a transferência de recursos sabendo que o dinheiro irá realmente para uma organização sem fins lucrativos. Acredita-se, inclusive, que haverá crescimento no volume de verbas arrecadadas.

A alteração trará mais segurança a todo o Terceiro Setor, visto que ao reconhecer a autenticidade da entidade, os doadores poderão realizar a transferência de recursos sabendo que o dinheiro irá realmente para uma organização sem fins lucrativos.

Embora o sufixo '.org' já esteja entranhado na mente das pessoas, a *web* ainda traz alguns problemas relacionados a ele, pois qualquer pessoa mal intencionada pode criar um site com ele, enganando doadores e amealhando recursos de forma criminosa.

Esta barreira sempre dificultou o trabalho das organizações sociais sérias, que promovem esforços fundamentais em prol da população, muitas vezes dependendo dessas doações para manter ativos os serviços.

Isto ficou bastante claro após pesquisa realizada em maio pela PIR, mostrando que boa parte de organizações sociais – em especial as de menor porte – tem problemas para provar sua legitimidade na internet, principalmente quando envolve transações financeiras.

“Duas de cada três pessoas se sentem mais encorajadas a fazer doações quando o site tem um domínio credenciado, principalmente em casos de desastres naturais, quando milhares de pessoas desejam ajudar, mas não sabem em quem confiar”, afirma a executiva-chefe de operação da PIR, Nancy Gofus.

De acordo com a empresa gestora, o domínio é utilizado por mais de 10 milhões de sites, sendo 39 mil no Brasil. Por ser ampla a gama de entidades em todo o mundo, a PIR fará a verificação desta autenticidade, mas contará com a parceria das associações que supervisionam ou cadastram o trabalho do Terceiro Setor em cada país.

“O processo de validação será amplo. A entidade precisa figurar em nossa base de dados para podermos checar se, dentro das leis do país em que ela opera, é legitimamente uma ONG”, explica Nancy.

A importância da entrada em vigor dos sufixos ‘.ngo’ e ‘.ong’ será ainda maior, pois as organizações cadastradas serão reunidas em um portal, uma espécie de diretório global, algo nunca feito antes.

As entidades serão agrupadas de modo que todo usuário possa realizar buscas por nome, país, região ou causa defendida, como combate à fome, construção de casas, geração de

“O processo de validação será amplo. A entidade precisa figurar em nossa base de dados para podermos checar se, dentro das leis do país em que ela opera, é legitimamente uma ONG”

emprego e renda, proteção à infância e juventude, defesa dos animais e do meio ambiente.

O internauta poderá ainda enriquecer sua pesquisa conhecendo melhor a ONG por meio de um miniperfil, com direito a links para mídias sociais e vídeos. Outra novidade é que, por esta plataforma, as organizações sociais sem fins lucrativos poderão receber doações.

A PIR também esclarece aos interessados que podem acessar seu site e se cadastrar para receber notícias. A executiva revela que o Brasil é o terceiro país com mais inscritos até agora, atrás apenas dos Estados Unidos e da Índia. Já é possível também enviar uma declaração de interesse em ter o sufixo .ong ou .ngo pelo site da PIR.

A mudança nos sufixos também abrirá caminho para a criação de mais opções na internet. A Corporação para a Atribuição de Nomes e Números na Internet (Icann), por exemplo, lançará entre 2013 e 2014 em torno de 1,4 mil novos sufixos, como ‘.book’, ‘.eco’, ‘.sport’.

A Icann é uma entidade sem fins lucrativos, subordinada ao governo dos Estados Unidos e responsável pela alocação do espaço de endereços de internet, atribuição de identificadores de protocolo, administração do sistema de nomes de domínio, entre outras atribuições. 🌐

🌐 <http://pir.org> | www.icann.org.br

MARKET ANALYSIS



EMPRESA DE PESQUISA DE MERCADO ESPECIALIZADA
EM ESTUDOS DE INTELIGÊNCIA EM SUSTENTABILIDADE

Monitore os impactos dos programas em investimento social

Entenda as expectativas dos consumidores, stakeholders e públicos de interesse

Identifique os indicadores chave de reputação

Responsabilidade Social
Corporativa

SponsorTracker

Monitor de Reputação
Empresarial

Líder Barômetro

Media Reputation

Barômetro Ambiental

www.marketanalysis.com.br

info@marketanalysis.com.br
+55 48 3234 8573



NAS PEQUENAS ATITUDES, GRANDES SOLUÇÕES

Cidadania tem origem na palavra latina *civitas*, que significa cidade. Cidadania, segundo os dicionários, é o conjunto de direitos e deveres ao qual um indivíduo está sujeito em relação à sociedade em que vive. O conceito de cidadania sempre esteve fortemente conectado à noção de direitos e de deveres assumidos por cada um para uma convivência harmoniosa em sociedade, levando em conta o impacto que uma ação causa à coletividade. Ser cidadão é ter uma consciência crítica sobre a realidade social local e do país, e participar de forma integrada e

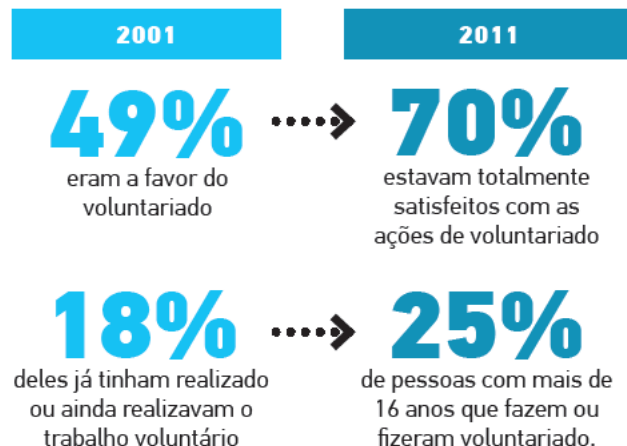
permanente em busca do bem comum. São os pequenos atos de cada cidadão, consciente e solidário, que geram grandes mudanças. Ser cidadão vai além do cumprimento de leis e do voto, e o voluntariado é uma ferramenta que está a disposição de quem quer ir além e participar.

A participação de cada cidadão em ações sociais e comunitárias contribui, e muito, para o enfrentamento dos grandes desafios que vivemos em nossas comunidades, cidade e país, seja a exclusão social, as injustiças, o descaso e o descuido com outros cidadãos, com os animais ou o

meio ambiente. A cultura de um ambiente de paz, a educação de qualidade para todos, a possibilidade de acesso à informação e a cuidados na saúde, na defesa de direitos e na geração de emprego e renda, ou seja, cada ação é a oportunidade de consolidação de uma cidadania verdadeiramente participativa. O voluntariado significa muito mais que a realização de ações sociais: é a troca de experiências e um grande passo para a transformação da nossa sociedade. São pequenos atos que geram grandes mudanças, doação de tempo e conhecimento para o bem da sociedade. Se em 2001 uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), 49% dos entrevistados eram a favor do voluntariado, em 2011 mais de 70% estavam totalmente satisfeitos com as ações de voluntariado, e quase 90% totalmente motivados a continuar no voluntariado. Se em 2001 apenas 18% deles já tinham realizado ou ainda realizavam o trabalho voluntário, em 2011 são 25% de pessoas com mais de 16 anos que fazem ou fizeram voluntariado. A divulgação de ações voluntárias vitoriosas inspiram cada vez mais pessoas a iniciarem uma ação social consistente, comprometida e responsável. E, ainda, a profissionalização da gestão das organizações sociais e a qualificação na área do voluntariado faz com que sejam reconhecidas as ações e que se perceba que fazer a diferença na vida de alguém não é tão complicado, além de ser absolutamente gratificante. O voluntariado em movimento! A ideia de realizar o trabalho voluntário e a percepção de que qualquer pessoa que possua boa vontade está apta a desenvolver um ótimo trabalho para um projeto, causa ou pessoa. Fazer o bem ao próximo e contribuir para a melhoria de nossa sociedade são o que movem voluntários que são pessoas que não recebem dinheiro ao realizar um trabalho, mas se satisfazem com um sorriso alheio e com a consciência de que fizeram a sua parte no progresso do mundo. O voluntário tem consciência de que o seu trabalho está fazendo a diferença e fortalecendo os valores de cidadania e solidariedade.

Nesta primeira década do século XXI, novos desafios surgiram com o processo de globalização econômica, principalmente nos países menos desenvolvidos, aprofundando problemas sociais. Ao mesmo tempo, um grande desenvolvimento econômico e tecnológico chegou acompanhado de maior acesso à informação e de mais consciência de que todos são responsáveis pelo destino da própria vida e também da cidade onde vivem, e que esta responsabilidade implica em participar, doar-se e dedicar-se para promover mudanças e transformações.

O voluntariado significa muito mais que a realização de ações sociais, é a troca de experiências e um grande passo para a transformação da nossa sociedade e a oportunidade diária de servir de inspiração e modelo para outras ações voluntárias vitoriosas consistentes, comprometidas e responsáveis. É com respeito e solidariedade que se pratica a cidadania. 



Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE)



DICAS DE CIDADANIA

Fomentar a cultura da solidariedade e o exercício da cidadania, atuando como um modelo.

- Viabilize experiências de voluntariado como meio para despertar valores humanos, buscando a formação de agentes de transformação social.
- Promova a sensibilização para a participação cidadã permanente e a integração comunitária em busca do bem comum.
- Organize-se para contribuir com comprometimento e responsabilidade.
- Participe e prestigie das reuniões da comunidade, associações de moradores, escola do bairro.
- Participe das atividades coletivas de sua comunidade.
- Respeite as pessoas, valorize suas experiências.
- Cuide e respeite o que é "público", como praças, escolas, telefones públicos etc.
- Tenha atenção com o meio ambiente.
- Ajude as pessoas: aquilo que você faz bem pode fazer bem para alguém.
- Respeite as pessoas e suas diferenças.
- Proporcione a formação continuada aos voluntários na perspectiva da solidariedade, do exercício da cidadania e no desenvolvimento da consciência crítica sobre a realidade social local e do país.



VOLUNTARIADO EMPRESARIAL: PREMISSAS E POLÍTICAS DO PROGRAMA

O programa de voluntariado empresarial, segundo a *Business for Social Responsibility*, é um “aliado importante para muitas empresas que querem demonstrar compromisso com as comunidades onde atuam”. O Projeto de Voluntariado deve ser construído por cada empresa de acordo com a sua realidade e cultura, pois não existe um modelo único que sirva para todas as empresas. Alguns aspectos devem ser observados, tais como: ter o envolvimento da direção da empresa; estar de acordo com a missão e valores da empresa; ser atividade espontânea e que tenha em um de seus objetivos gerar transformações na comunidade, entre outros. Muitos aspectos devem ser levados em consideração e um planejamento deve

Não podemos nos esquecer: voluntariado é atividade espontânea, individual. O papel da empresa é ser um facilitador, um apoiador e orientador das ações: não é atividade ligada a políticas de encarreiramento na empresa

ser feito antes da implantação do programa. Quem realiza a gestão do programa? É muito importante que todos saibam quem procurar para participar e saber mais sobre o programa. Muitas empresas buscam representantes de diversas

áreas da empresa e formam um comitê mobilizador e gestor do programa. Algumas áreas da empresa devem ser envolvidas: comunicação, jurídico, recursos humanos e certamente a área de responsabilidade social e investimento social privado. A alta gestão deve participar também, e as estratégias para o envolvimento de gerências e chefias serão fundamentais. Não podemos nos esquecer: voluntariado é atividade espontânea, individual. O papel da empresa é ser um facilitador, um apoiador e orientador das ações: não é atividade ligada a políticas de encarrreiramento na empresa.

Para que as ações aconteçam de forma organizada é preciso planejar como serão as capacitações e treinamentos. Esses encontros devem acontecer dentro da empresa, e é necessário espaço, acolhida simpática e amorosa. Um Programa de Voluntariado precisa de identidade e excelência na comunicação. Por isso é fundamental planejar quais serão os instrumentos de comunicação a serem usados, tanto para construção da política e premissas do programa quanto para mobilizar voluntários e, principalmente, reconhecer e valorizar essas ações. Deve haver um orçamento, apoio financeiro da empresa para a realização das atividades voluntárias: apoio na compra de material necessário para a realização das atividades voluntárias, deslocamento, alimentação, camiseta ou boné para as equipes etc.

É muito comum que as empresas associem voluntariado com ações sociais e campanhas. Voluntariado pode ir além dessas ações se bem planejado e gerenciado. Fundamental definir onde os voluntários poderão atuar: em que área (saúde, educação, meio ambiente, defesa de direitos, geração de emprego e renda, profissionalização, assistência social, esporte, cultura, lazer), com que público (crianças, jovens, adultos, idosos, pessoa com deficiência), se as atividades irão acontecer em entidades sociais, escolas, espaços

Sugestão de ROTEIRO para a construção de manual ou cartilha do Programa de Voluntariado Empresarial

- Breve histórico do programa na empresa
- Objetivos do Programa de Voluntariado: por que ter um Programa de Voluntariado Empresarial
- Conceitos:
 - O que é ser Voluntário
 - O que é Voluntariado Empresarial
- Pré-requisitos para participar do Programa de Voluntariado:
 - Quem pode participar
 - Qual horário
 - Qual orçamento disponível

Todos ganham no Voluntariado: benefícios do voluntariado para: voluntários; empresa; organizações sociais e sociedade/comunidade local

- Direitos e Deveres e responsabilidades do Voluntário
- As Oportunidades de Ação Voluntária
- Reflexão Final

culturais, hospitais. É preciso definir também se haverá escolha e definição de projetos ou apenas mobilização e reconhecimento de boas práticas de voluntariado. Muitas empresas adotam uma pesquisa de interesse junto ao público interno. É uma prática bem interessante, desde que as expectativas dos interessados em voluntariado possam ser não só escutadas mas atendidas.

E finalmente, é importante criar uma política de reconhecimento e valorização das ações. O Voluntariado hoje substitui o assistencialismo pela promoção da cidadania, substitui o amadorismo pela profissionalização. Incentiva a ação de voluntários comprometidos e responsáveis e reconhece a capacidade transformadora dos indivíduos. 

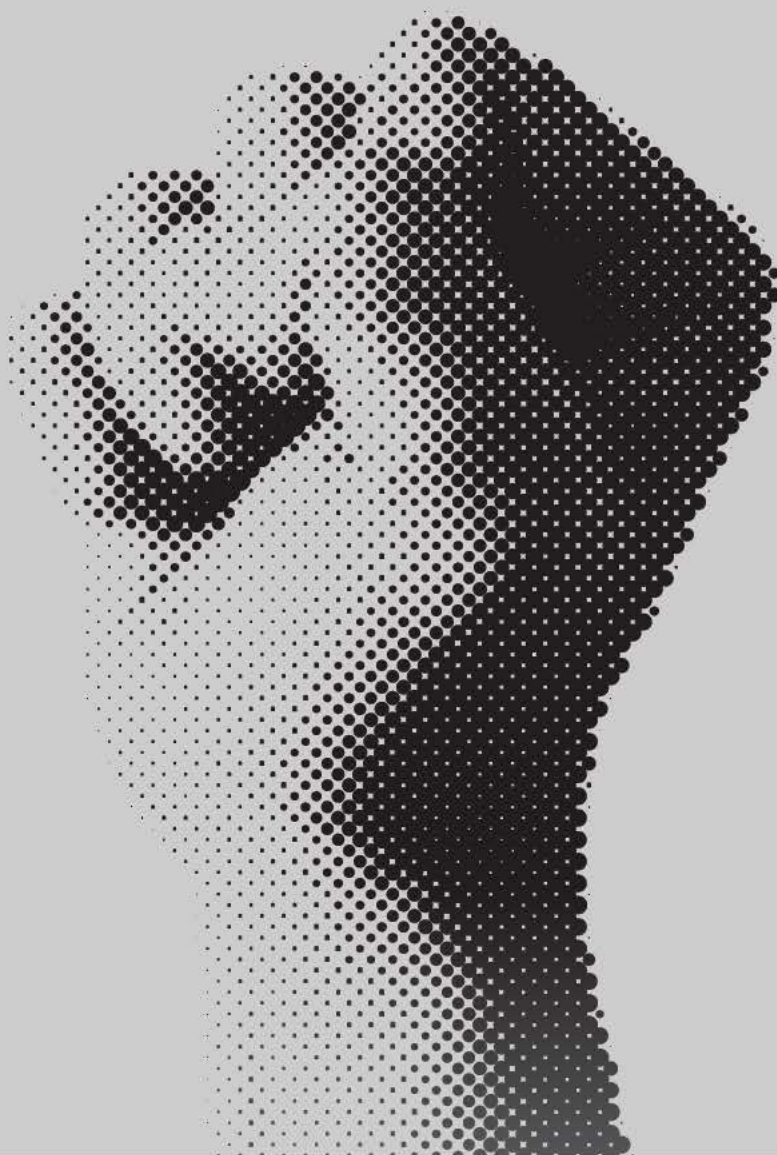
ECONÔMICA Desenvolvimento Empresarial

- Congressos
- Seminários
- Cursos (inclusive *In Company*)
- Consultoria em responsabilidade social





AOS MESTRES, COM CARINHO





Vivemos tempos confusos e cheios de vibrantes opiniões e iniciativas, como um despertar coletivo para ações humanitárias e reivindicatórias dos direitos individuais e coletivos que chamam a atenção do mundo para o nosso país. Há perguntas e questionamentos vindos de outros cantos: se o país do futebol, do samba e das mulheres bonitas está acordando?

Será que todos estavam dormindo?

Ouvindo recentemente a música de Geraldo Vandré, “Pra não dizer que não falei das flores”, na gravação do próprio festival em que esta música concorria, constava um breve discurso do autor (idos dos anos 1960), que em determinado momento diz: “A vida não se resume a festivais”. Lembrei-me de uns tantos outros que trilharam estes caminhos e que, possivelmente, também tiveram muitas insônias.

Henfil, com sua arte e humor – ácido quando necessário – para fazer a crítica social em tempos bicudos. Seu irmão Betinho e a germinação da consciência de que a fome impede qualquer ascensão social digna desse nome, e a repercussão de suas ideias até os dias de hoje. Elis Regina cantando novos e antigos compositores, interpretando como “ninguém jamais na história deste país” e tocando o dedo nas feridas “abertas da América Latina”: “amigos presos, amigos sumindo assim pra nunca mais”. Gilberto Gil, Caetano Veloso, os Mutantes e a chegada da “Tropicália”, com modelos novos de arte e cultura e a tentativa de silenciá-los com o exílio. Thiago de Melo escrevendo com coragem, “Faz escuro mas eu canto”. Dom Helder Camara, Dom Paulo Evaristo Arns e Dom Pedro Casaldáliga lutando pelos esquecidos, com olhar bondoso para os excluídos, com os mesmos olhos valentes que puniam com mãos de ferro ditatórias. Francisco Cândido Xavier... e assim por diante. O poeta Chico Buarque de Holanda ou “o gênio da raça”, nas palavras de Tom Jobim, numa imensa roda viva, sem muita escolha, teve de se autoexilar com sua família por um tempo, fora destas terras descobertas por Cabral.

E, sendo para recordar os meus tempos do cursinho pré-vestibular, quando nós, alunos, tínhamos cuidado ao falar, ouvir até, pois sempre poderíamos encontrar “hipócritas rondando ao redor”. A mestra Luiza Erundina (e tantos outros professores igualmente engajados) lecionando na minha graduação de Serviço Social e incutindo em minha formação a semente do inconformismo e da luta pela justiça social que permeou toda uma geração. Fernando Gabeira causando escândalo com sua sunga de crochê após retornar do exílio, junto com tantos outros vindos com os novos ventos da abertura. E tudo o que veio com esses novos ventos. Algumas vezes, com um bom perfume, e outras, com um cheiro nada agradável. Enfim, chegamos aos nossos dias...

O grande diferencial de hoje é que a divisão por partidos políticos partidários, parece não caber no atual modelo. Inevitável falar da doença crônica chamada corrupção.

O Facebook é uma boa ferramenta para medição de insultos, discussões saudáveis e radicalismos que marcam este momento tão vibrante. Para o bem e para o mal. Só o tempo dirá o que vai ficar disso tudo. A globalização e as novas tecnologias trouxeram situações irreversíveis no que se refere à comunicação e à necessidade de nos inserirmos e dar voz e vez, desconstruindo velhos paradigmas de pseudoverdades absolutas.

E as nossas organizações sociais, como estão vendo o atual momento? Algumas têm idade suficiente para fazer parte desta história desde os idos dos anos 1960; outras se formaram ao longo deste caminho. Algumas estão engatinhando e outras trazem missões voltadas para ações consideradas impensadas pelas mais antigas. A nova configuração que poderá vir deste momento também colocará os trabalhadores sociais na berlinda. Novas tecnologias sociais, inclusivas e catalisadoras podem surgir daí.

Mais do que nunca o conceito de resiliência se mostra presente. O momento de tirar fortalezas das fraquezas. E das fortalezas, avanços sociais e novas formas de convivência. E fica a pergunta: estamos ou estávamos todos adormecidos? Afinal, “a vida não se resume a festivais”. 🗣️



Para a Asplan o Terceiro Setor está sempre em primeiro lugar.

As soluções e a confiabilidade dos sistemas da Asplan são referência entre as principais organizações do terceiro setor, pois atende organizações de pequeno, médio e grande porte, com o completo gerenciamento de associados, total controle financeiro e todas as obrigações fiscais específicas.

A Asplan entende as suas necessidades e tem uma política diferenciada para um setor tão especial. Entre em contato conosco para obter mais detalhes sobre as nossas soluções.



**Soluções Inteligentes na
Gestão de Informações**

Asplan Softwares de Gestão • Rua Loefgreen, 1387 • Vila Mariana • São Paulo/SP • Brasil
Fone: +55 11 5081-9800 / FAX +55 11 5081-9804

Organizações que utilizam Asplan:
Instituto Ethos • Fundação Abrinq • Fundação Bial • instituto HP • Fundação Diaconia

comercial.sp@asplan.com.br

www.asplan.com.br



◀ MARCOS GROSS é mestre em Gestão de Comunicação e autor do livro "Dicas práticas de comunicação: boas ideias para os relacionamentos e os negócios", da Trevisan Editora.



AS 8 FUNÇÕES DA COMUNICAÇÃO HUMANA

Inspirado nas pesquisas de Stephen Littlejohn, 8 atributos oferecidos pela comunicação foram reunidos para melhorar o relacionamento entre as pessoas e facilitar nossas atividades pessoais e profissionais. Afinal, para que serve essa tal de comunicação?

FUNÇÃO 1

COMUNICAÇÃO É INTERCÂMBIO E TRANSMISSÃO DE IDEIAS

Sem essa troca e interação, não conheceríamos os outros nem poderíamos expor nossos pontos de vista às pessoas. Viveríamos isolados e fechados em nossas "conchas". A comunicação permite que eu conheça outras realidades e que os outros passem conhecer a minha visão de mundo.

FUNÇÃO 2

COMUNICAÇÃO É O ESFORÇO PARA COMPREENDER E SER COMPREENDIDO PELOS OUTROS

A chave é podermos decifrar o que as pessoas querem dizer, sermos decifrados por elas e sermos capazes de planejar aquilo que pretendemos transmitir aos demais.

FUNÇÃO 3

COMUNICAÇÃO É REDUÇÃO DE INCERTEZAS

Quando há diálogo entre uma ou mais pessoas, as trocas de mensagens devem esclarecer, orientar e clarear as trocas de ideias para que possamos viver em um mundo com regras definidas e onde os objetivos possam ser compartilhados com segurança. A informação precisa e bem-elaborada agiliza as trocas de pensamentos.

FUNÇÃO 4

COMUNICAÇÃO É CONEXÃO E VÍNCULOS ENTRE AS PESSOAS

A comunicação interliga e quebra as distâncias entre as pessoas. É um elo que possibilita encontros entre partes que se encontram isoladas.

FUNÇÃO 5

COMUNICAÇÃO É PARTICIPAÇÃO COMUM

Quando interagimos uns com os outros, aquilo que era monopólio de um passa a ser compartilhado com outros (duas ou mais pessoas). Trata-se de uma experiência individual que passa a ser algo "em comum" com um interlocutor, grupo ou coletividade.

FUNÇÃO 6

COMUNICAÇÃO É EVOCAR LEMBRANÇAS

Quando entramos em um site, checamos as mensagens no celular, assistimos a um filme e lemos um livro, estamos acessando lembranças e experiências de autores que passam a ser também compartilhadas por nós.

FUNÇÃO 7

COMUNICAÇÃO É ESTIMULAR E RESPONDER AOS ESTÍMULOS ALHEIOS

Como emissor ou receptor estou sempre reagindo aos estímulos, sejam eles ideias em forma de textos, imagens ou sonoridades. Quando dialogamos com alguém, é como se respondêssemos as propostas de outros interlocutores.

FUNÇÃO 8

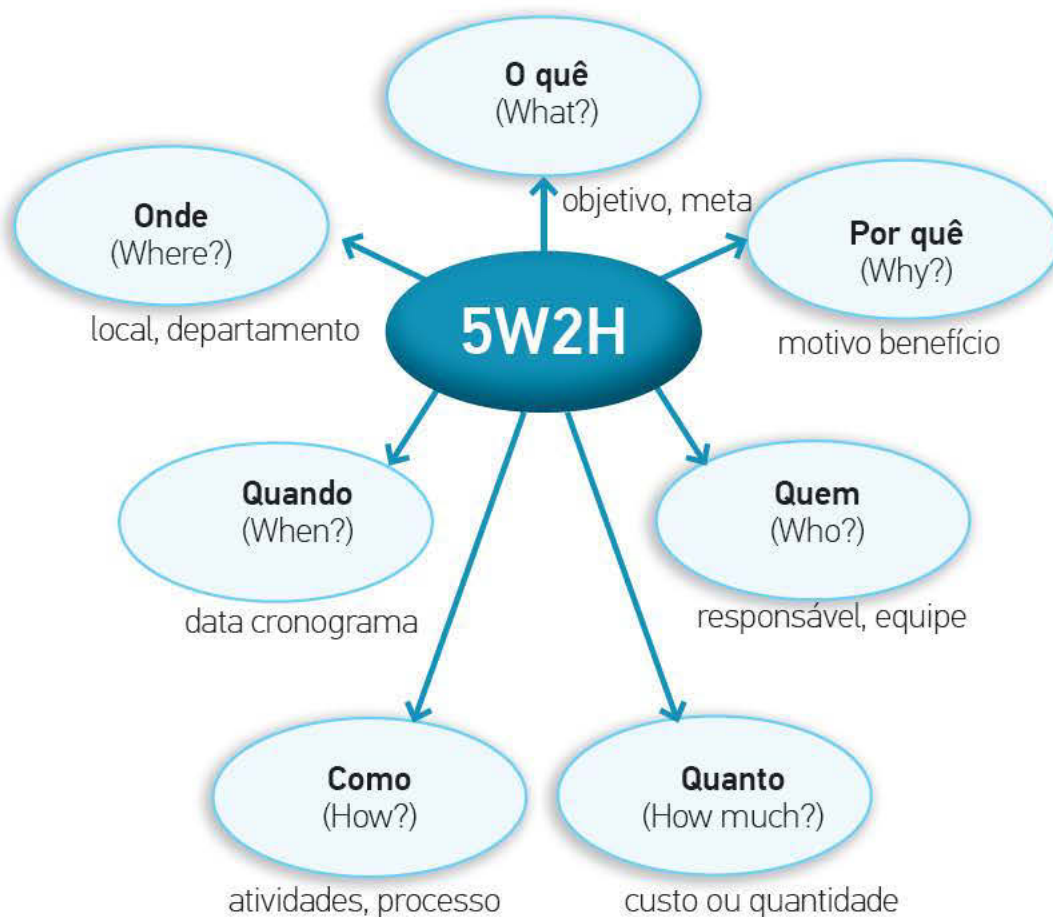
COMUNICAÇÃO É AFETAR ALGUÉM (PODER DE INFLUENCIAR)

Quando enviamos uma mensagem a alguém, queremos – consciente ou inconscientemente – que haja alguma mudança de atitude por parte do receptor. Quando nossa mensagem é assimilada pelo receptor, podemos dizer que o emissor influenciou e persuadiu o destinatário. Isso é poder. Fim da mensagem.



PLANO DE AÇÃO USANDO O 5W2H

O quê, Por quê, Onde, Quando, Quem, Como, Quanto?



O nome desta ferramenta foi assim estabelecido por juntar as primeiras letras dos nomes (em inglês) das diretrizes utilizadas neste processo. No fluxograma acima, é possível ver cada uma delas e o que elas representam.

A ferramenta 5w2h é uma das mais fáceis de ser implementadas e traz grandes benefícios para os gestores de entidades sociais e suas atividades organizacionais. O 5w2h é uma ferramenta simples, mas bastante útil para as organizações, pois elimina – ainda

na fase de planejamento – as dúvidas que possam surgir durante a implementação da atividade – seja ela um plano de captação de recursos, um evento ou uma atividade com os beneficiários.

A ausência de dúvidas agiliza as atividades a serem desenvolvidas por colaboradores de setores ou áreas diferentes. Afinal, um erro na transmissão de informações pode acarretar diversos prejuízos à ONG, sem contar o atraso que isso pode gerar. Por isso, é preciso ficar atento a essas questões decisivas, e o 5w2h é excelente neste quesito.

- What – O que será feito (etapas)
 - Why – Por que será feito (justificativa)
 - Where – Onde será feito (local)
 - When – Quando será feito (tempo)
 - Who – Por quem será feito (responsabilidade)
 - How – Como será feito (método)
 - How much – Quanto custará fazer (custo)
- Veja exemplo no Quadro 1:

Quadro 1: Exemplo de utilização do 5w2h

O quê?	Construção de uma brinquedoteca.
Por quê?	As crianças estão sem um lugar adequado para brincar, o que pode causar acidentes e desconforto.
Onde?	Espaço de terreno ao lado do playground, atrás da cozinha. Área de 10 x 6 m (60 m²)
Como?	(I) Campanha de arrecadação via <i>crowdfunding</i> . (II) Contratação de empresa para a obra e acabamento. (III) Nova campanha para arrecadação de brinquedos. (IV) Inauguração com uma grande festa para as crianças.
Quem?	Responsabilidade de execução: Supervisão: João Carlos de Jesus
Quando?	60 dias para a primeira fase, 60 dias para a obra. Inauguração prevista na primeira quinzena de junho.
Quanto custa?	R\$ 37.000,00 para a obra, acabamento e mobília (anexar memorial descritivo dos itens e seus valores).

FATOR CRÍTICO DE SUCESSO

No planejamento também é importante que você utilize o Fator Crítico de Sucesso (FCS).

O conceito de FCS pode ser descrito como condições ou variáveis que, caso não sejam devidamente gerenciadas, podem causar um impacto significativo sobre o sucesso de um planejamento.

É necessário fazer este levantamento, pois devemos saber quais são as variáveis estratégicas que, se forem afetadas por determinados riscos, irão prejudicar as metas e os prazos.

Alguns FCS se relacionam à área de atuação da ONG, outros são específicos da empreitada, outros se referem a riscos externos – longo período de chuvas, por exemplo.

Um FCS pode ser desdobrado em diversas ramificações, mas geralmente devemos definir poucos fatores críticos, isto é, 10 ou 12 no máximo.

Para cada FCS devemos dar uma ou duas possíveis soluções – o que podemos chamar de “Planos B e C”.

Usando o exemplo de planejamento acima, vamos analisar possíveis FCS (Quadro 2):

Quadro 2: Possíveis Fatores Críticos de Sucesso e soluções

FCS	Soluções
Não atingir o total de recursos no crowdfunding	(A) Aportar o valor faltante com recursos próprios da ONG (B) Diminuir proporcionalmente o tamanho da sala de brinquedos
Custo de material de construção aumentar acima da inflação no período	(A) Utilizar material mais barato ou de demolição (B) Fazer campanha de arrecadação de materiais de construção em caráter emergencial
Empresa que fará a obra atrasar em mais de duas semanas seu cronograma	(A) Implantar sistema de multa semanal em caso de descumprimento do prazo (B) Convocar um mutirão na comunidade a fim de auxiliar o término da obra
Longo período de chuvas que atrapalhem a obra	(A) Garantir que o telhado seja construído o mais rápido possível para que, caso isso ocorra, os pedreiros possam adiantar a parte interna da sala (B) Aumentar um turno de trabalho nos dias de estiagem a fim de tirar o atraso da obra
Brinquedos arrecadados quebrados	(A) Fazer um mutirão de reciclagem, limpeza e conserto dos brinquedos que não estiverem em condições (B) Criar nova campanha de <i>crowdfunding</i> a fim de efetuar a compra de brinquedos
Mágico contratado para a festa de inauguração não aparece	(A) Chamar voluntários que possam se fantasiar e fazer outras brincadeiras com as crianças

O claro entendimento dos FCS é primordial para que a área que irá gerenciar o projeto, assim como o supervisor responsável, possam trabalhar com as ameaças que irão influenciar diretamente as metas e prazos. Tendo Planos B e C já aprovados pela diretoria da entidade, caso algum FCS de fato aconteça, os envolvidos já poderão direcionar o andamento das coisas sem prejudicar o trabalho, nem os prazos.

Sempre digo que somente nesse momento – o de se criar o FCS de um planejamento – os gestores devem ser pessimistas ao extremo. Assim, eles conseguirão imaginar todo tipo de ameaça que pode existir no caminho daquele projeto e, com antecedência, criar os “Planos B e C”.

Dá, assim que dermos o pontapé inicial, deixemos o pessimismo de lado e sejamos confiantes de que nenhum FCS interferirá nossos objetivos. Afinal, como a Lei de Murphy diz: Pneu de carro só fura quando estamos sem estepe! 🛠️



SÃO APENAS 4 LETRAS, MAS ELAS FAZEM A DIFERENÇA NA VIDA DE MILHARES DE PESSOAS.



ABBR - Associação Brasileira Benéfica de Reabilitação.
Há 59 anos fazendo de cada dia, um dia de superação.

www.abbr.org.br

(21) 3528-6355/6356/6357

Rua Jardim Botânico, 660 - Jardim Botânico
Rio de Janeiro - CEP: 22461-000





EQUILÍBRIO DE FORÇAS RESTABELECIDO

Prestes a completar quatro anos, Lei do Inquilinato acelerou ações de despejo e trouxe mais segurança jurídica a locadores e locatários

Por Luciano Guimarães

Quatorze meses. Este é o período que o seu Madruga deve de aluguel ao dono do imóvel, o senhor Barriga, personagens da série infantil Chaves, sucesso da tevê mexicana criado em 1971 (no Brasil, está no ar desde 1984). Embora relativo, este também era o tempo médio gasto pela Justiça para julgar ações de despejo, antes da Lei do Inquilinato (Lei nº 12.112/2009). Ao esperar tanto, o locador acumulava não apenas prejuízo financeiro, mas um grande desgaste emocional.

Apesar de a relação entre fantasia e realidade parar somente na coincidência dos fatos, a comparação entre esses dois episódios ilustra bem o quanto decisões tão importantes para a manutenção da convivência entre as pessoas e fundamentais para a harmonia das relações de negócios demoravam tanto para chegar a um final.

Com quase quatro anos de existência, já que a sanção presidencial ocorreu em 9 de dezembro de 2009, a legislação entrou em vigor em 25 de janeiro de 2010 — data em que foi publicada no Diário Oficial da União. De lá para cá, as relações entre locadores e locatários mudaram e as decisões dos magistrados se tornaram mais ágeis.

A legislação surgiu não apenas para pacificar pontos até então dúbios, mas para dar mais segurança jurídica aos locatários, certamente incentivando a maior responsabilidade do inquilino na hora de assinar um contrato de locação com o proprietário ou com a imobiliária.

O lembrete vale para todos, inclusive para as organizações sociais que dependem de doações para se manter funcionando e ainda não conseguiram obter sua sede própria, porquanto a ocupação de imóveis alugados é uma constante preocupação. Por isso, os gestores sempre precisam se atentar às novidades que as mais variadas leis trazem dia após dia.

Hoje, as liminares para desocupação, por exemplo, devem ser concedidas em até 15 dias e, além da falta de pagamento do aluguel, o proprietário pode ingressar no Judiciário caso o inquilino deixe de arcar com os encargos como água, luz e condomínio, denotando desrespeito ao contrato. Basta apenas a existência de um primeiro atraso para dar brecha ao pedido de despejo.

Em meio a esse prazo de duas semanas, o locatário inadimplente precisa fornecer ao dono do imóvel alguma garantia para manter o contrato, como um fiador, seguro fiança ou caução. Sem este procedimento, poderá ser processado e obrigado a sair da propriedade. A legislação não prevê qualquer outro recurso legal disponível para o inquilino, ou seja, é pagar ou ser despejado.

Além disso, caso a locação não seja renovada, o juiz determinará a expedição de mandado de despejo, que concederá prazo de 30 dias para a desocupação voluntária, se houver pedido na contestação. Antes, este limite era de até seis meses após o trânsito em julgado da sentença, quando não há mais possibilidade de qualquer recurso.

TABELA 1. PRINCIPAIS ALTERAÇÕES DA LEI DO INQUILINATO

	COMO ERA	COMO FICOU
Atraso no pagamento	O locatário que entrava na Justiça podia ficar até um ano e meio no imóvel até o julgamento dos recursos	Agora, com um dia de atraso no aluguel o locador pode entrar com ação de despejo. O locatário tem 15 dias para contestar a cobrança
Despejo liminar por falta de garantia	Demorava, em média, 14 meses	Vai levar entre quatro e seis meses
Despejo por falta de pagamento	Não havia	Poderá ser feito em 15 dias
Execução do despejo	O inquilino tinha 15 dias para contestar ou pedir prazo	O inquilino mantém o prazo de 15 dias para desocupação: se não o fizer, o mesmo mandado poderá ser usado na sequência
Fiador	Não tratava da questão. E se aplicava o Código Civil	Pode sair ao fim do contrato original; o locatário poderá substituí-lo em até 30 dias. Pode sair se houver alteração do valor do aluguel ou separação ou divórcio. Mas tem que avisar e continua como fiador por 120 dias
Saída do imóvel antes de acabar o contrato	O inquilino era obrigado a pagar total da multa estabelecida em contrato	O inquilino pagará multa proporcional ao tempo restante
Separação, divórcio ou dissolução da união entre os cônjuges	O locatário deveria comunicar, por escrito, esta situação ao locador. Este, por sua vez, poderia exigir, em até 30 dias, a substituição do fiador ou o oferecimento de qualquer das garantias previstas na lei	Este dispositivo foi extinto, e a locação residencial prosseguirá automaticamente com o cônjuge ou companheiro que permanecer no imóvel
Fiador e garantia	O locador poderá exigir novo fiador ou a substituição da modalidade de garantia em caso de "ausência, interdição, falência ou insolvência do fiador, declaradas judicialmente" (Art. 40, inciso II)	Acrescentou-se a situação de recuperação judicial
Emenda de mora	O locatário podia realizar o pagamento de aluguéis atrasados duas vezes em um período de 12 meses imediatamente anteriores à propositura da ação	Agora, essa faculdade só poderá ser utilizada uma vez no período de 24 meses imediatamente anteriores à propositura da ação

Fonte: Proteste e Leis nº 8.245/1991 e nº 12.112/2009.

Para os imóveis não residenciais, há uma diferença básica. De acordo com a lei, faltando 30 dias para o término do contrato, se o locatário não manifestar interesse em renovar o documento, o proprietário pode pedir sua saída. Antes das modificações, a Lei nº 8.245/1991 tornava automática a renovação em situações com esta.

Diversas outras alterações foram estabelecidas pela Lei do Inquilinato, como o fim da exigência de pagamento de taxas de contratos, umas das práticas mais abusivas que cerceava direitos do locatário. Embora proibida desde 1998, a ação era amplamente praticada pelo mercado imobiliário.

RESCISÃO PROPORCIONAL

Já no caso da rescisão contratual, atualmente, se o inquilino desejar extinguir o contrato antes do seu término, terá que pagar uma multa proporcional ao período estabelecido no contrato. Antes, era obrigado a pagar a multa integral prevista no documento.

Por outro lado, os locadores que necessitam reaver o imóvel, por exemplo, para uso pessoal ou necessidade financeira, agora

também precisam arcar com uma indenização aos locatários, por conta da rescisão antes do seu término, proporcionalmente ao tempo restante.

Assim, se um contrato de três anos prevê multa de um salário por ano, e a requisição for feita no terceiro ano — por qualquer uma das partes — a indenização será de apenas um salário, referente àquele ano.

Por conta desta modernização na legislação, é sempre importante se informar, a fim de evitar problemas futuros. Se por um lado a legislação protegeu mais o locador, por outro está estimulando a queda da inadimplência.

Levantamento mais recente do Tribunal de Justiça de São Paulo mostra que 11.527 ações locatícias foram protocoladas entre janeiro e julho de 2013, redução de 7,1% em comparação aos primeiros sete meses do ano passado, quando o TJ-SP recebeu 12.409 ações. Em média, 80% dessas pendências ocorrem por falta de pagamento de aluguel. A gradual queda desses e de outros índices considerados negativos para o setor torna ainda mais clara equalização das forças nesta complexa relação entre locadores e locatários. 

No combate à hipertensão, muita gente importante já fez a sua parte.



Carolina Ferraz



Lázaro Ramos



Samuel Rosa



Natália do Vale



Guilhermina Guinle



Natália Guimarães



Caio Castro



Ronaldo Nazário



Paloma Bernardi



Bel Marques



Vitor Belfort



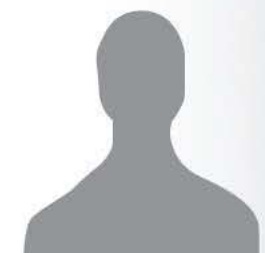
Ney Matogrosso



Letícia Sabatella



Humberto Gessinger



E você?

Cardiologista, ajude a disseminar esta campanha e contribua ativamente para controlar os males da maior causadora de mortes do país. Sua participação é fundamental.

Realização



DEPARTAMENTO DE
HIPERTENSÃO ARTERIAL
DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA

www.eusou12por8.com.br





APOSENTADORIA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Sancionada há seis meses pela presidente Dilma Rousseff, a Lei Complementar nº 142, de 8 de maio de 2013, que regulamenta a aposentadoria de pessoas com deficiência, entrou em vigor. O tempo de contribuição varia de acordo com o sexo e o grau de deficiência, avaliada por perícia do INSS. Para contribuintes com deficiência grave, a idade passa a ser de 25 anos (homens) e 20 anos (mulheres). Em casos de deficiência moderada, as idades sobem para 29 anos (homens) e 24 anos (mulheres). Para as deficiências leves, as idades mínimas são 33 anos (homens) e 28 anos (mulheres). Já as pessoas com restrição visual, mental, intelectual, auditiva ou físicas permanentes, que limitem a capacidade funcional e a atividade laboral, serão consideradas deficientes pela lei. Se o segurado se tornar deficiente depois de começar a contribuir ou tiver o grau de deficiência alterado, os parâmetros da aposentadoria serão ajustados, levando em consideração o número de anos em que houve atividade exercida sem deficiência.

agenciabrasil.ebc.com.br

FÉRIAS PAGAS E NÃO USUFRUÍDAS

Os colaboradores que recebem as férias, mas não as usufruem, têm o direito de receber o salário do mês trabalhado, segundo entendimento da 3ª Turma do TRT-MG.

No caso exposto, embora o trabalho não tenha ocorrido durante todo o período das férias, o fato é que a finalidade do instituto foi frustrada. O gozo de férias é direito indisponível do trabalhador, não se admitindo prestação de serviços durante o período correspondente. O conceito de férias está arraigado, primordialmente, em preservar a saúde física e mental do trabalhador. Se o empregado trabalha durante as férias, o empregador tem duas possibilidades: conceder novas férias em outra oportunidade ou, em caso de extinção do contrato de trabalho, pagar o período respectivo.

www.trt3.jus.br

RESPONSABILIDADE PELO SALÁRIO MATERNIDADE

A Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (TNU) manteve entendimento segundo o qual a lei previdenciária atribui ao Instituto Nacional do Seguro Social a responsabilidade pelo pagamento do salário maternidade, independentemente da situação empregatícia da segurada. O fato de o empregador realizar o pagamento do benefício enquanto vigente o contrato de trabalho, bem como seu eventual dever de reintegrar a trabalhadora nos casos de demissão durante o período de estabilidade, não confere a ele a responsabilidade pelo benefício. Segundo o relator do pedido de uniformização, juiz federal Paulo Ernane Moreira Barros, em seu voto, não se pode considerar que a demissão imotivada no período de estabilidade da empregada importa no dever do empregador de pagar o salário maternidade no lugar da Previdência Social. Essa concepção, de acordo com o magistrado, equivaleria a transformar o benefício previdenciário em indenização trabalhista.

www.cjf.jus.br/cjf

AVISO-PRÉVIO INDENIZADO

Desde a publicação da Lei nº 12.506/11 o aviso-prévio indenizado pode sofrer uma variação de 30 a 90 dias, de acordo com o tempo trabalhado. Ou seja, o tempo mínimo devido a todos os empregados é de 30 dias durante o primeiro ano de trabalho. Uma vez completado esse período, deve ser somado, a cada ano, mais três dias, considerando a projeção do aviso-prévio para todos os efeitos. Esta referência é necessária, pois ainda há muitos equívocos de parte a parte. Em Belo Horizonte, a juíza Carolina Lobato Goes de Araújo Barroso, da 34ª Vara do Trabalho, apreciou recentemente um caso em que o empregado pediu o acréscimo de 3 dias na contagem de seu aviso-prévio, entendendo que seu empregador fez a contagem de forma equivocada, em desacordo com a Lei nº 12.506/2011. Afirmou que foram pagos somente 51 dias, quando o correto seriam 54 (30 dias mais 24, referentes aos 8 anos completos de trabalho). A magistrada deu razão ao empregado, decidindo que o trabalhador tem direito a 54 dias de aviso-prévio.

www.trt3.jus.br

REGISTRO DO HORÁRIO DE TRABALHO

A Justiça do Trabalho entendeu que a prova do horário de trabalho é feita mediante anotação de entrada e de saída em registro manual, mecânico ou eletrônico, nos estabelecimentos com mais de dez empregados. Embora a prova da jornada de trabalho seja feita, em princípio, pelos controles de ponto, conforme dispõe o § 2º do artigo 74 da CLT, as anotações nele contidas possuem presunção relativa de veracidade, podendo ser suplantadas por outros elementos do processo. Segundo o juiz Camilo de Lelis Silva, a falta de assinatura nos registros indica que não se deu oportunidade ao trabalhador de conferir o controle de jornada. No mais, os documentos só foram emitidos depois de proposta a ação. Considerando que os cartões sem assinatura não são válidos como meio de prova, o magistrado presumiu como verdadeira a jornada indicada pela reclamante na inicial, como disposto na Súmula 338 do TST. Assim, condenou a empregadora ao pagamento de horas extras. A empresa recorreu da decisão, que foi mantida pelo TRT mineiro.

www.trt3.jus.br



IDAS AO BANHEIRO LIMITADAS

Certas atitudes de empregadores com relação aos seus colaboradores realmente são inexplicáveis, mesmo que muitos deles contem com departamentos jurídicos. E alguns exemplos servem de alerta para os gestores de ONGs. Em Maringá, uma empresa da área de telecomunicações teve sua condenação mantida pelo Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, por estipular aos trabalhadores de telemarketing, um limite de 5 minutos por dia para uso do banheiro. A ex-funcionária que acionou a Justiça do Trabalho será indenizada em R\$ 5 mil, por danos morais. Ela trabalhou na empresa durante um ano e sete meses, até agosto de 2012. De acordo com a decisão, serão devolvidos os valores descontados como faltas injustificadas – quando ignorou a apresentação de atestado médico recomendando o afastamento do trabalho. A ré terá de pagar multa de 10% do maior salário previsto na Convenção Coletiva de Trabalho de 2011/2012, mas ainda cabe recurso.

www.trt9.jus.br

DEPÓSITO DO FGTS

Cabe ao empregador comprovar que depositou corretamente o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço do trabalhador. A partir deste entendimento o desembargador Fernando Antônio Viegas Peixoto, da 6ª Turma do TRT-MG, negou provimento ao recurso da reclamada e manteve a sentença que condenou a empresa a pagar ao reclamante as diferenças do FGTS não recolhido corretamente. O magistrado entendeu, de acordo com a atual jurisprudência, que a obrigação de regularidade nos recolhimentos do FGTS é do empregador, que tem o ônus de demonstrar o correto depósito na conta vinculada do trabalhador, mesmo que o reclamante tenha feito alegação genérica de irregularidade do recolhimento. Com isso, o tribunal negou provimento ao recurso e manteve a sentença e determinou o pagamento de diferenças do FGTS.

www.trt3.jus.br

ISENÇÕES SOBRE A COMPRA DE AUTOMÓVEIS

A aquisição de automóveis por pessoas com necessidades especiais é tão complexa e cansativa, que boa parte de quem realmente precisa acaba desistindo no meio do caminho. Muitas dúvidas ainda pairam sobre o tema, principalmente se o condutor for um terceiro. Assim ocorreu recentemente em Goiás, quando a 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça daquele Estado (TJ-GO) aceitou o pedido de isenção de IPVA na compra de veículo para uma pessoa com sequelas de poliomielite, que lhe custou a redução na contração muscular dos membros inferiores e superior direito, a requerente faz uso de cadeira de rodas, o que dificulta sua locomoção. Diante da dificuldade de utilizar o transporte coletivo em sua condição, a mulher conseguiu com a Secretaria da Receita Federal, isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

MEDICAMENTO EM CASA

A presidente Dilma Rousseff sancionou, sem vetos, a lei que obriga os planos e seguros de saúde a incluir mais 87 procedimentos obrigatórios na lista de atendimento aos pacientes, entre eles 37 medicamentos contra o câncer. De autoria da senadora Ana Amélia (PP-RS), a nova legislação prevê a cobertura de quimioterapia domiciliar de uso oral, incluindo medicamentos para o controle de efeitos adversos relacionados ao tratamento. Até o momento, a legislação excluía da cobertura dos seguros o fornecimento de medicamentos para tratamento em casa. A Agência Nacional de Saúde já tinha adotado uma portaria autorizando os novos tratamentos. O diagnóstico precoce desse tipo de câncer aumenta em 95% as chances de cura. Em 2010, cerca de 450 mil mulheres em todo o mundo morreram vítimas desse tipo de doença. No Brasil, as estatísticas demonstram que houve 12.705 mil mortes de mulheres, devido ao câncer de mama. Sancionada no dia 14 de novembro, a lei entrará em vigor em 180 dias.

www.senado.gov.br



DIREITO AO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Os gestores das organizações sociais devem se certificar de que estão seguindo a legislação trabalhista, pois colaboradores que atuam com produtos perigosos – mesmo se contratados por terceirizadas – têm direito a adicional de insalubridade, conforme entendimento da Justiça do Trabalho, que deu ganho de causa a um trabalhador que manteve contato com soda cáustica. Para piorar, a empresa não lhe fornecia Equipamento de Proteção Individual (EPI), embora a ré tivesse alegado o contrário. A juíza Alessandra Duarte Antunes dos Santos Freitas, da 3ª Vara do Trabalho de Uberaba, deu razão ao reclamante, determinando a realização de prova técnica, segundo a qual o trabalhador estava exposto a condições insalubres em grau médio, tendo em vista que, em suas atividades, manuseava soda cáustica, que está enquadrada entre as atividades consideradas insalubres pelo Anexo 13 da NR 15 da Portaria nº 3.214/1972 do Ministério do Trabalho. A empregadora foi condenada ao pagamento do adicional de insalubridade, no grau médio de 20%, além dos reflexos do adicional de insalubridade no FGTS mais a multa de 40%, nas férias acrescidas de um terço, no 13º salário e no aviso prévio.

www.trt3.jus.br

MUDANÇAS NA CLT

Gestores de entidades sociais e contadores que também atuam com o Terceiro Setor terão de se acostumar com algumas mudanças realizadas na CLT e na Lei nº 12.546/2011, que trata da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta. As alterações fazem parte da Lei nº 12.873/2013, aprovadas recentemente e publicadas no *Diário Oficial da União* do dia 25 de outubro. As modificações entram em vigor em janeiro de 2014. São elas: a) passa a ser devido o salário-maternidade, pelo período de 120 dias, ao segurado da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança (a partir de 1º/01); b) no caso de falecimento da segurada ou segurado, inclusive o adotante, que fizer jus ao recebimento do salário-maternidade, o benefício será pago, por todo o período ou pelo tempo restante a que teria direito, ao cônjuge ou companheiro sobrevivente que tenha a qualidade de segurado, exceto no caso do falecimento do filho ou de seu abandono (a partir de 23/01).

1) Para contratação de pessoas com necessidades especiais, a entidade sem fins lucrativos deve contar o número de empregados por estabelecimento de forma individualizada ou de forma conjunta?

Resposta: A contratação de pessoas com deficiência é regulamentada pela Lei nº 8.213/91. Deve-se utilizar o número de empregados da totalidade de estabelecimentos da entidade. Segundo o disposto no artigo 93 da Lei 8.213/91 e no art. 10, § 1º, da Instrução Normativa nº 20/01, a contratação de pessoas com deficiência deverá obedecer a seguinte proporção:

I – de 100 a 200 empregados.....	2%
II – de 201 a 500.....	3%
III – de 501 a 1.000.....	4%
IV – de 1.001 em diante.....	5%

2) As entidades sem fins lucrativos devem pagar PLR aos seus funcionários?

Resposta: Não. O artigo 2º, §3º, II, da Lei 10.101/2000, deixa claro que a entidade sem fins lucrativos que cumulativamente: (i) não distribua resultados, a qualquer título, ainda que indiretamente, a dirigentes, administradores ou empresas vinculadas; (ii) aplique integralmente os seus recursos em sua atividade institucional e no país; (iii) destine o seu patrimônio a entidade congênere ou ao poder público, em caso de encerramento de suas atividades e, (iv) mantenha escrituração contábil capaz de comprovar a observância dos demais requisitos deste inciso, e das normas fiscais, comerciais e de direito econômico que lhe sejam aplicáveis, não se equiparam às empresas com fins lucrativos para os fins de participação de lucro.

3) O pagamento de benefícios para os estagiários da entidade sem fins lucrativos poderá caracterizar relação de emprego?

Resposta: Não, conforme dispõe o § 1º do art. 12 da Lei 11.788/2008 a eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

4) Quais são os benefícios em se obter qualificação como OSCIP?

Resposta: OSCIP é uma qualificação conferida pela lei 9790, e, trata-se da sigla de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. Os principais benefícios dessa qualificação são: possibilidade de remuneração de dirigentes sem a perda de benefício fiscal, oferecer dedução fiscal (IR) para pessoas jurídicas, celebrar Termos de Parceria com o Poder Público, possibilidade de receber bens apreendidos, abandonados ou disponíveis, administrados pela Secretaria da Receita Federal.

5) A quem devo pedir o título de utilidade pública federal?

Resposta: O pedido de utilidade pública federal deve ser feito via requerimento eletrônico ao Ministério da Justiça. Este órgão também é o competente para julgar as prestações de contas, que devem ser feitas anualmente até o dia 30 de abril. Importante lembrar que a ausência da prestação de contas pode gerar a perda do título.

6) Como devo proceder para receber bens apreendidos pela Receita Federal em benefício da minha entidade?

Resposta: Toda entidade sem fim lucrativo que seja qualificada como Oscip ou possua título de utilidade pública pode solicitar os bens apreendidos pela Receita Federal. Para isso basta preencher o formulário disponibilizado no site da Receita Federal do Brasil, preencher todos os requisitos determinados no link e entregar os documentos nos postos indicados. Lembrando que a solicitação deve ser efetuada pelo representante legal da entidade cujo nome conste na última ata de posse de diretoria ou outro documento constitutivo da entidade.

Contribuir para a construção de um mundo mais justo e sustentável é responsabilidade de todos.

Prestar serviços com especialização, atualização e competência é **nosso compromisso.**



**Quality
Associados**

Consultoria e assessoria contábil, fiscal e trabalhista para o **Terceiro Setor**

visite nosso site www.qualityassociados.com.br ou ligue para (11) 3837-0000

MULTIPLICANDO O SUAS

FAZER OU CONTROLAR O BEM?

Existe um provérbio que dita: “fazer o bem sem olhar a quem”. Essa máxima está inscrita na esfera do indivíduo que age livremente alicerçado nos seus próprios princípios éticos e morais. Quanto maior o grau de compartilhamento desses princípios numa comunidade ou sociedade, maior se considera a localidade detentora de capital social.

O capital social é definido por Bourdieu (1977) como um capital de relações sociais que fornece, quando necessário, suportes úteis: um capital de honorabilidade e respeitabilidade. Putnam (1993, p. 169), definiu como características da organização social, confiança, normas e redes, que podem melhorar a eficiência da sociedade.

Esse capital é algo intangível, ainda que em certas circunstâncias perceptíveis, sua mensuração seja de difícil verificação. Por isso, as ações dos indivíduos não podem ser pautadas somente pelo nível de capital social.

Afinal, o que é o “bem” numa sociedade? Os individualistas sustentaram que o bem de uma sociedade deve ser analisado do ponto de vista dos bens dos seus membros individuais. Já os filósofos organicistas, como Hegel (1979), afirmaram que existe outro caminho: o Estado ou nação é superior ao indivíduo. Subordinados a ele, os indivíduos têm obrigações fundamentais para com os grupos dos quais são membros. Por outro

lado, em outro extremo estão os libertários, que defenderam o direito à liberdade individual como fundamental à sociedade, e nenhuma instituição pode ignorar este direito. O darwinismo social apoiou a sobrevivência daquilo que é socialmente mais justo e, algumas vezes, foi confundido como libertário.

Do ponto de vista dessa dificuldade de consenso, como então fazer o bem numa sociedade sem olhar a quem? Esse princípio tem validade na esfera individual que dá suporte às ações apropriadas para aumentar o capital social. Já na esfera coletiva, esse “fazer o bem” passa pelo crivo das várias correntes de pensamento. Em primeira instância, o questionamento viria em termos dirigidos ao agente da ação: quem é você para fazer o bem? Em seguida, ao destinatário da ação: o sujeito é merecedor de tal benefício?

Assim, o fazer o bem numa sociedade multifacetada passa, necessariamente, pela validação por instituições que deem o devido reconhecimento aos agentes envolvidos. Com isso surgem as figuras jurídicas detentoras de privilégios nesta tarefa. Encabeçando a lista está a figura do estado federal. Segundo a Constituição Federal, artigos 203 e 204, cabe a ele a tarefa de prestar a assistência social a quem dela necessitar, além de outras fontes, como as esferas estadual e municipal, bem como entidades beneficentes e de assistência social.





Quando uma sociedade possui baixo capital social, as ações na esfera da assistência social se tornam vulneráveis a irregularidades. Esse fato reclama a existência de agências certificadoras das atividades. Neste caso, deve-se a quem se faz o bem.

Neste ponto entra o papel da gestão, quer adotada pelas entidades que realizam as ações diretamente, quer pelas entidades certificadoras. Entretanto, ela pode ser vista de duas formas: gestão burocrática ou transformadora. No primeiro caso, a ênfase se dá no excesso de controles e na forma pela qual é exercida dentro da organização. No segundo, é encarada como força de transformação e fonte de inovação.

As inovações organizacionais não são apenas fator de apoio para as inovações de produto e processo, como costumeiramente se pensa; elas podem melhorar a qualidade e a eficiência do trabalho, acentuar a troca de informações e refinar a capacidade empresarial de aprender e utilizar conhecimentos e tecnologias (Oslo, 2005, p. 17).

Desse modo, a gestão trabalha com essa variável que, se bem administrada, tende a proporcionar segurança aos processos de “fazer o bem”, e ao mesmo tempo propor novas formas de concretizar a criatividade humana. Segundo Lévy (2000), o coletivo inteligente é efetivamente mais “rápido” que os grupos humanos orgânicos ou molares. De fato, o que é a inteligência, essa capacidade de aprendizado e de invenção, se não a potência de acelerar? Por esse motivo, o coletivo inteligente trabalha suas velocidades de aprendizado, aumenta suas capacidades de reorganização, reduz seus prazos de inovação e multiplica seu potencial inventivo.

Daí decorre que a gestão atual com olhar no futuro e ênfase na transformação vai utilizar critérios que respondam não apenas às necessidades das agências reguladoras ou entidades certificadoras, mas o fará com vistas à inovação de seus processos e à descoberta de fontes contínuas de transformação. Essa gestão terá como fundamento a criação de novos e continuados valores ao objetivo central da entidade.

A gestão focada em resultados proverá em primeiro lugar a metodologia de ciência na aplicação da administração. Em seguida, fornecerá aos gestores elementos fundamentais para tomada de decisão. Além disso, promoverá a transparência necessária aos processos certificadores, bem como a devida segurança na prevenção de possíveis irregularidades

As inovações organizacionais não são apenas fator de apoio para as inovações de produto e processo, como costumeiramente se pensa; elas podem melhorar a qualidade e a eficiência do trabalho

pela ausência ou baixo índice de capital social pelos representantes de processos críticos ou agentes de determinada localidade.

Vale ressaltar o exemplo do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) ao tratar a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e aprovar a Norma operacional básica NOB/SUAS. A norma apresenta os instrumentos de gestão como ferramenta de planejamento técnico e financeiro. Nela, o Plano de Assistência Social é exibido como instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da PNAS/2004 na perspectiva do SUAS.

A estrutura do plano comporta, de modo particular, os objetivos gerais e específicos; as diretrizes e prioridades deliberadas; as ações e estratégias correspondentes para sua implementação; as metas estabelecidas; os resultados e impactos esperados; os recursos materiais humanos e financeiros disponíveis e necessários; os mecanismos e fontes de financiamento; a cobertura da rede prestadora de serviços; os indicadores de monitoramento e avaliação; e o espaço temporal de execução.

A norma traz também o orçamento da assistência social, mostrando que o financiamento da política de Assistência Social é orientado com grau detalhado no processo de planejamento, por meio do orçamento plurianual e anual. Além disso, expressa a projeção das receitas e autoriza os limites de gastos nos projetos e atividades propostos pelo órgão gestor e aprovados pelos conselhos, com base na legislação, nos princípios e instrumentos orçamentários e na instituição de fundos de Assistência Social.

O plano comporta ainda a gestão da informação, monitoramento e avaliação com o objetivo de produzir condições estruturais para as operações de gestão. Por fim, os relatórios anuais de gestão deverão avaliar o cumprimento das realizações dos resultados ou dos produtos, obtidos em função das metas prioritárias, estabelecidas no Plano de Assistência Social e consolidadas em um Plano de Ação Anual. ■

Bourdieu, P. Cultural reproduction and social reproduction. In: KARABEL; HALSEY, A. H. (eds). Power and Ideology Education. Oxford University Press, New York, p. 487-511, 1977.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Norma operacional básica NOB/SUAS. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005.

HEGEL, G. W. F. A sociedade civil burguesa. Lisboa: Estampa, 1979.

LÉVY, Pierre. A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2000. 212 p. ISBN 8515016133.

MANUAL DE OSLO. Manual de Oslo: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação. 3 ed., Ed. Brasília, OCDE, Finep, 2005.

PUTNAM, R. D. Making Democracy work: Civic traditions in modern Italy. Princeton University Press, Princeton, 1993.



MARCO REGULATÓRIO: PEQUENOS PASSOS DE UMA LONGA CAMINHADA

Mudanças na lei da certificação de entidades beneficentes e sua relação com o Marco Regulatório das Relações entre a Sociedade Civil e o Estado

*Por Ademair Bertucci**

Foi publicada no último dia 15 de outubro a Lei nº 12.868/2013, que, entre outras matérias, altera a Lei nº 12.101/2009, que dispõe sobre a certificação de entidades beneficentes de assistência social.

A nova lei não altera o modelo atual de certificação. Procura corrigir injustiças ocorridas no processo de transição da legislação anterior para a atual, buscando aperfeiçoar o modelo. Essas

medidas desafogam imediatamente um razoável conjunto de organizações afetadas e ameaçadas de extinção.

Com respeito à Assistência Social, essa lei responde basicamente a duas demandas: 1. Certificação de entidades cuja ação estava obscurecida quanto à sua classificação/tipificação; 2. Revisão de prazos e procedimentos de renovação e concessão da certificação favorecendo a “segurança” de que não serão criminalizadas pela esfera fiscal.

A reclassificação das entidades (educação, saúde, assistência social) ainda em transição e a morosidade com que os processos de certificação vinham acontecendo levaram, de um lado, às intimidações proporcionadas pela Receita Federal e, de outro, às reações e mobilizações dessas organizações afetadas, o que resultou na medida provisória, agora transformada em lei.

Os dados de dezembro de 2012 do Censo SUAS revelam que dos quase 8 mil processos acumulados nos últimos anos (a maioria de renovação) apenas 26% tinham sido decididos.

Esse quadro se agrava com a investida da Receita Federal. Ao final do ano, ela notificou cerca de 2.000 entidades ameaçando medidas coercitivas em 2013, contribuindo para empurrá-las para o perigo de extinção.

A extinção das organizações sociais não é apenas uma ameaça. A redução do financiamento com recursos públicos federais chega a 50% (em 2009 era de aproximadamente R\$ 6 bilhões e, em 2011, não chegou a R\$ 3 bilhões). A redução de pessoal ocupado pelas organizações sociais aumenta vertiginosamente, e são pouco absorvidos pelos concursos públicos.

Por outro lado, das quase 300.000 organizações sociais formalizadas no Brasil, as organizações sociais de origem religiosa (28,5%), as organizações de desenvolvimento e defesa de direitos (14,6%) e as organizações sociais ligadas à Assistência Social (10,4%) somam 53,5%. Significam uma força razoável a serviço dos direitos e cidadania dos excluídos.

No entanto essa força não tem sido devidamente reconhecida. Ao contrário, as investidas para criminalizá-las, seja pela mídia conservadora monopolizada, seja pelos órgãos de fiscalização, colocam as organizações sociais como “inimigos públicos” que se apropriam e desviam recursos públicos.

Esse processo histórico tem suas bases de criminalização identificadas nos últimos 10 anos nas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) instaladas na Câmara e no Senado Federal — duas contra as organizações não governamentais (ONGs) e uma contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 2007 e 2010 — para investigar desvios de dinheiro público.

Tais ataques não foram novidade. Em 2001, na CPI das ONGs, e em 2003, na CPI da Terra, foram percebidos os mesmos propósitos de criminalização.

Uma enxurrada de denúncias derramada pela mídia. Dirigentes de associações, cooperativas, organizações religiosas depondo no Congresso Nacional. Quebra de sigilos fiscal, bancário e telefônico de cidadãos e de organizações sociais.

O relatório final do Senado apontou o que já era sabido: “Faz-se necessário construir um novo arcabouço legal que reconheça o caráter público de um conjunto estimado em

Por outro lado, das quase 300.000 organizações sociais formalizadas no Brasil, as organizações sociais de origem religiosa (28,5%), as organizações de desenvolvimento e defesa de direitos (14,6%) e as organizações sociais ligadas à Assistência Social (10,4%) somam 53,5%

250.000 organizações da sociedade civil, para facilitar e multiplicar parcerias entre tais organizações e o Estado”... “Ao pretender investigar o universo das ONGs no Brasil, esta CPI deparou-se com um panorama de incerteza tríplice”, e que as suspeitas, assim como os informes sobre as organizações, eram “vagos, incompletos ou indisponíveis”.

Em 2008, novas investidas. A intensificação dos controles sobre as organizações da sociedade civil e o crescimento dos casos de criminalização dos movimentos populares levam o economista Paul Singer, secretário de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego, a manifestar sua opinião sobre os erros cometidos contra as Organizações da Sociedade Civil.

“(...) Infelizmente, chegou-se ao extremo de assimilar os procedimentos dos convênios com ONGs aos da contratação de empresas de porte com fins de lucro. O que praticamente impede a realização de convênios com ONGs pobres, emanadas de comunidades carentes, as quais prestam serviços relevantes. E tende a entregar ao mercado a prestação de toda a gama de serviços acima referidos. Não há motivos para duvidar das boas intenções dos que promovem a exacerbção dos controles, mas seus efeitos tendem a ser desastrosos para o povo pobre, que depende de serviços gratuitos de saúde, educação, assistência social etc. É necessário que o desenho dos controles tenha a participação não só de representantes dos órgãos de controle e prevenção de fraudes mas também dos órgãos do Governo que realizam convênios para cumprir as missões que a lei lhes atribui e sobretudo dos representantes das próprias ONGs autênticas, que são as maiores interessadas em coibir as práticas desonestas, que só as prejudicam, como as ocorrências do último ano fartamente comprovam.”

Nesses 10 anos, a articulação das organizações da sociedade civil enfrentando a criminalização e a falta de legislação, assim

*Conselheiro do CNAS, pela Cáritas Brasileira



como os mecanismos que as distinguem do mundo empresarial do mercado, considerando essa “insegurança jurídica”, vem propondo a construção de um Marco Regulatório das Relações do Estado com as organizações sociais.

Em 2010 essa articulação formulou uma “Plataforma por um novo marco regulatório para as organizações da sociedade civil”, assinada por centenas de organizações brasileiras e apresentada aos candidatos à Presidência da República.

Praticamente na mesma época (2009), a “Lei da Filantropia” nº 12.101 consolidava um esforço de décadas e desenvolvia seu marco regulatório específico. As mobilizações que resultaram na lei de revisão das certificações nos ensina que há um caminho a ser percorrido, como também os rumos de sua regulação em construção. Regulações específicas se completam e se ressignificam se estiverem situadas no contexto do conjunto das organizações sociais, enquanto parte do fortalecimento da sociedade civil, algo indissociável da democracia brasileira.

A presidenta Dilma comprometeu-se a desenvolver uma proposta de legislação no primeiro ano de seu mandato em carta expressa à Plataforma. Os esforços e diálogos dessa Plataforma com a Secretaria Geral da Presidência da República produziu uma minuta de Projeto de Lei. Entretanto, o encaminhamento para o Congresso ainda não aconteceu.

Enquanto isso, as manchetes de jornais continuam a construir a ideia de que os movimentos e as organizações da sociedade civil são quadrilhas de bandidos a cometer crimes hediondos. Para as organizações da sociedade civil são anos de preocupações e custos a serem defendidos. Trabalhos interrompidos sistematicamente, organizações em extinção e comunidades prejudicadas.

As organizações da Assistência Social, cujas ações de incidência e mobilização cidadã originaram atual lei, mesmo que restrita à certificação das beneficentes, indicam um caminho e um rumo a seguir. 🚩

*Texto baseado e dados extraídos da Cartilha: “Marco Regulatório das Relações entre o Estado e a sociedade civil. Contra a criminalização e pelo reconhecimento das organizações da sociedade civil” - produção: Cáritas Brasileira em parceria com a “Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil” - <http://plataformaosc.org.br>



O TRABALHO NA EFETIVAÇÃO DO SUAS

*Por Edval Bernardino Campos**

A área da assistência social no Brasil após a Constituição de 1988 vem registrando importantes avanços no sentido de instituir uma política pública de proteção social não contributiva. Após a promulgação da Lei nº 8.742/1993 (LOAS), outras medidas de impacto merecem destaque. Falo, principalmente, da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004); do Sistema Único de Assistência Social (SUAS/2005) e da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009).

Estes documentos tratam do necessário processo de regulamentação da referida política pública dotando-a, desta forma, de parâmetros legais e normativos indispensáveis para sua efetivação enquanto direito social.

A Política Nacional de Assistência Social (2004), além de convalidar os princípios e diretrizes consignados na Constituição Federal e na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), estabelece os marcos referenciais de uma proteção social inspirada em visão social inovadora, “pautada na dimensão ética de incluir os

*Professor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA/UFPa; Coordenador do Grupo de Análise de Políticas Públicas e Políticas Sociais na Amazônia – GAPSA.

‘invisíveis’, os transformados em casos individuais...”. Esta política expressa e materializa esforços, ideais e diretrizes fundamentais para avançar na transição das práticas assistencialistas as quais, ao longo de séculos, modelaram o campo assistencial em direção da consolidação de uma política pública asseguradora de direitos. Será a melhor política ou a política possível no atual contexto histórico?

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (2005/2012) representa o desafio histórico de construir uma proteção social não contributiva em âmbito nacional, asseguradora de serviços, programas, projetos e benefícios capazes de serem efetivados sob os signos da integralidade e da uniformidade de padrões sem prejuízos às particularidades sociais e regionais. Na gestão do Sistema Único de Assistência Social, uma diretriz destacada é a equidade, compreendida como um requisito da universalização. Conforme o disposto no Art. 3º da Resolução (CNAS) nº 33/2012, a equidade significa “respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal”.

Na mesma direção, a Resolução (CNAS) nº 109/2009, que trata da tipificação dos serviços socioassistenciais, é o emblema de uma tentativa para “estabelecer bases de padronização nacional dos serviços e equipamentos físicos do SUAS”. A padronização destas bases procura estabelecer mecanismos que contribuam para a racionalização dos processos de gestão, tornando possível, em âmbito nacional, um diálogo sobre “fazeres comuns” traduzidos na mesma linguagem. Para que a comunicação possa fluir no interior deste sistema protetivo é necessário eliminar a “babel” que vigorava até então. Dito de outra forma, um abrigo deve, para assim ser tipificado, apresentar características reconhecidas em todo o território nacional sob padrões de qualidade e respeito à dignidade do abrigado.

A efetivação desta importante política social, pela complexidade das demandas que atende, exige uma criteriosa qualificação profissional. Ao lado dos investimentos relativos à qualificação profissional, é igualmente necessário prover estabilidade profissional, remuneração justa e jornada de trabalho compatível com os requisitos para um trabalho de qualidade. A inadvertência com as equipes profissionais representa um sério risco para o sucesso do Sistema Único de Assistência Social. Esta parte é de responsabilidade do empregador. Do lado dos trabalhadores – recurso e patrimônio essenciais à efetivação da política – o que se espera e deseja é o compromisso profissional com os fundamentos éticos e políticos que estruturam o SUAS, com os objetivos inscritos na referida política pública e, sobretudo, com a construção

de uma sociedade socialmente justa, politicamente democrática concebida para o exercício da felicidade humana.

Não alentamos ingenuidades. A construção de uma política social não é possível sem a manifestação do conflito de interesses em disputas na sociedade. Na assistência social não é diferente. No seu interior, mesmo que de forma silenciosa, dois paradigmas estão em competição, e isto repercute no trabalho dos profissionais, reclamando deles posicionamentos conscientes, abertos ou velados.

A ideia de que a assistência social é um direito de cidadania sob a responsabilidade primaz do Estado ainda é matéria que enseja dúvidas, desconfiças e discordâncias. Hoje essa disputa de paradigmas se manifesta mais fortemente na gestão e na operacionalização da política e menos nos fóruns de debates. Por esta particularidade, o trabalho profissional é estratégico para captar, nas sutilezas em que o assistencialismo destila sua crueldade, a diretriz adotada no cotidiano dos espaços por onde a assistência social flui. É ali, na ação cotidiana, que o paradigma em construção se afirma ou se nega.

A professora Joaquina Barata em eloquente palestra sobre a gestão do trabalho no SUAS propugna, com toda razão, um “trabalho que, no interior de uma política pública, tem o compromisso de repudiar o assistemático, o episódico, o casual, o incerto, ou a egoísta vontade particular. Mas tem, sim, a obrigação de traduzir-se em sérios e importantes serviços concretos e benefícios sistemáticos, programas e projetos, organizados e fundamentados no conhecimento de necessidades históricas presentes e futuras.” O pressuposto para o trabalho nos termos defendidos acima tem uma forte dimensão subjetiva e está relacionada às convicções e opções éticas e políticas dos trabalhadores. Concordamos com os ideais que conformam a política nacional de assistência social? Consideramos justo que usuários da assistência social participem dos circuitos que favorecem o exercício da cidadania?

A efetivação do SUAS em consonância com seus princípios e diretrizes exige dos seus gestores e trabalhadores a disposição, a coragem e o compromisso para empreender além de mudanças, rupturas. Recorro, uma vez mais, ao texto da professora Joaquina Barata para apontar as rupturas que precisamos empreender: “Com o passado da não política; com a naturalização da questão social; com a insuficiência dos canais de participação e representação social; com os que não querem reconhecer os usuários como trabalhadores aptos; com a ingenuidade dos que não reconhecem nas políticas públicas o embate genético da dinâmica conflitiva capital/trabalho”.

Estou convencido que os usuários da assistência social depositam grandes esperanças nos operadores desta política por identificar neles aliados estratégicos às suas causas e lutas. 

O PARAÍSO É LOGO AQUI

Por Alexandre Carvalho

A vida, segundo alguns, é feita de oportunidades. Contudo, com tantos estímulos à nossa volta, muitas vezes é quase impossível perceber aquilo que pode nos ajudar a refletir sobre a nossa existência de maneira mais detida.

Outro dia, fui — na companhia de alguns amigos — assistir um espetáculo circense. Há muito tempo não ia a um circo e confesso que estava meio apreensivo porque, na verdade, nunca gostei muito desse tipo de evento. A proposta, porém, era nova e resolvi arriscar. De fato, embora a lona estivesse lá, tudo era meio que justificativa para algo grandioso e ancorado na tecnologia. O espetáculo, desde antes do seu início, seria — como foi — marcado por uma abundância de estímulos que tomavam — eu creio — cada um dos espectadores de maneira milimetricamente calculada: cores, sons, luzes, cheiro... uma festa para os sentidos. Não foi possível ver, perceber ou acompanhar o espetáculo em sua integralidade, pois ao mesmo tempo vários números se desenrolavam no espaço físico que constituía o centro do picadeiro, em suas laterais, no alto — parte aérea — e, por vezes, junto aos espectadores, ou seja, na plateia.

Logo no começo do segundo ato — após meia hora de um intervalo estrategicamente proposto —, tudo recomeçou com um número chamado Paraíso. Esse paraíso era constituído por três plataformas altíssimas; havia quatro ginastas (homens) e cinco ou seis ginastas (mulheres), não me recordo ao certo.

Como não podia deixar de ser, os homens eram marcados pela força que seus músculos evidenciavam; as mulheres, em sua fragilidade e leveza, eram o símbolo da graça. Obviamente, o número que eles apresentariam só teria sentido se fosse perfeitamente sincronizado. Para tanto, força, disciplina, graça e confiança foram os elementos que mais me chamaram a atenção em todo o espetáculo, e creio que resumem bem a nossa busca por felicidade e realização. Não uma

realização fugaz que se desfaz quando as cortinas são cerradas, mas aquela que se prolonga, pois nos inquieta e impele a buscar sempre o melhor.

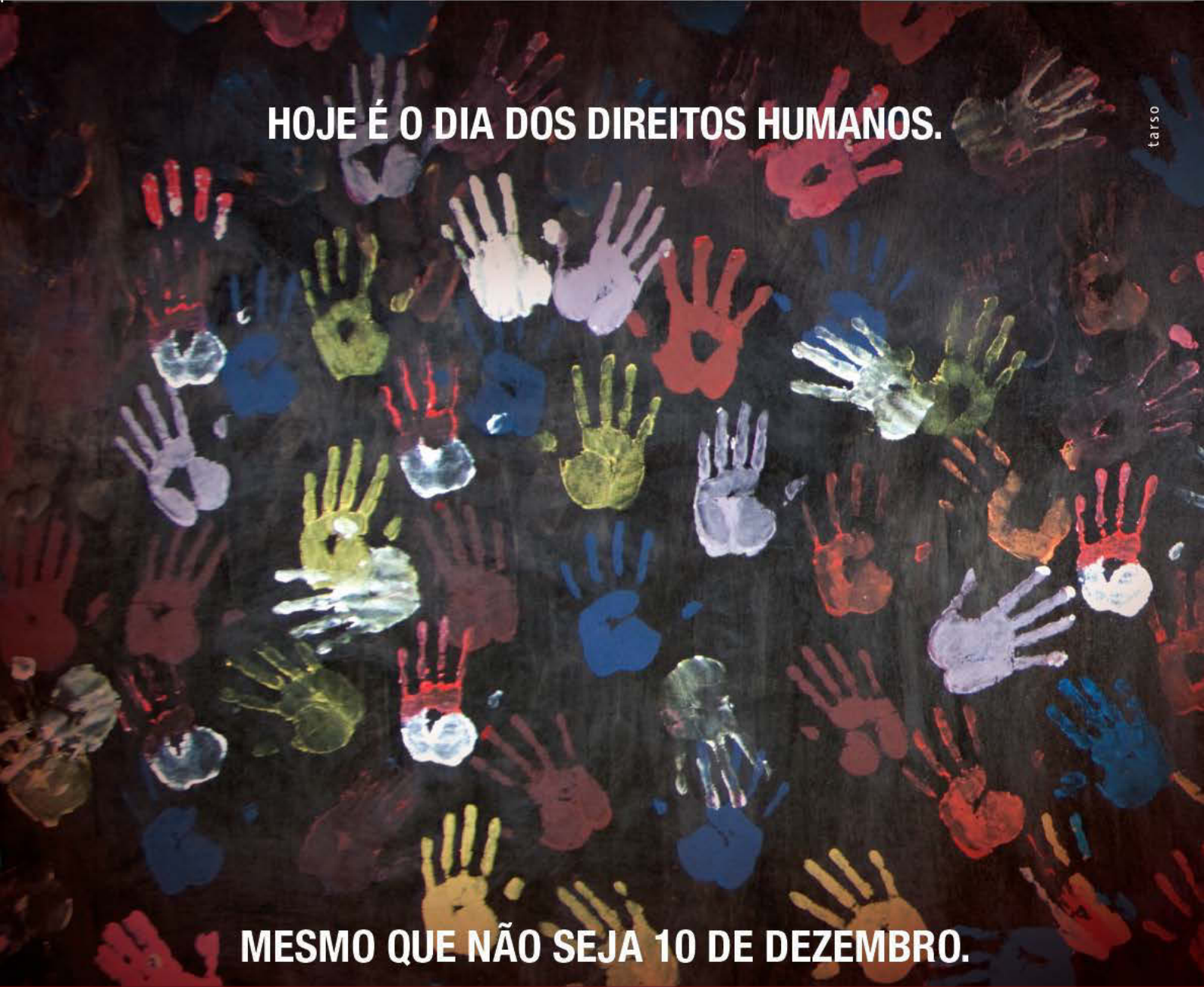
Como dito no início, a abundância de estímulos pode nos tornar insensíveis a muitas realidades à nossa volta. Contudo, há sempre algo que nos chama a atenção, e esse “algo” pode ser a porta de entrada para, no mínimo, rever o modo como caminhamos. Se estímulos demais são uma marca dos nossos dias, o individualismo também é. E para que cheguemos ao paraíso, é preciso companhia.

A força física é sinal de esforço e empenho; não se torna forte aquele que não se exercita, e exercitar-se exige, no mínimo, disciplina. A força interior é fruto, muitas vezes, da superação que é experimentada quando a vida se torna dura e requer do ser humano a capacidade de envergar-se a sua capacidade máxima para que não se quebre. Há perdas, decepções, temores, injustiças etc. que destroem muitas pessoas; contudo, há aquelas que não se deixam abater e se tornam fortes, pois também aí o elemento disciplina se associa à esperança e a vida se ressignifica. Ressignificar a vida, une-se à dimensão da graça, pois se não houver graça, a vida se arrasta. E sem querer ser preconceituoso, a vida deve se dar aos saltos — e isso não significa impulsividade e superficialidade —, mas confiança de que seremos assistidos e apanhados por quem nos deve apanhar no momento exato.

Meu pai sempre diz que a confiança é algo que se conquista aos poucos e, uma vez quebrada, não há como recuperá-la de modo integral. Sempre fica uma marca, por mínima que seja; sempre haverá, a partir de então, resquícios de desconfiança. Contudo, voltando ao espetáculo, o paraíso ali representado foi reflexo de que não basta apenas força, disciplina ou graça; creio que a confiança foi o elemento primordial para que tudo funcionasse bem e em harmonia. E não é fácil confiar, pois há muitos elementos aí envolvidos. Em boa parte vai depender de como fomos conduzidos pela vida desde que éramos crianças; passa, sem dúvida, por quem nos tornamos: confiamos em nós mesmos em primeiro lugar? Por fim, confiamos em quem está diante nós? Qual é nossa postura básica diante do outro? Diferentemente de um espetáculo de alto nível, a vida não supõe ensaios; estamos em cena o tempo todo e somos protagonistas da nossa história; de outra sorte, na vida concreta, não há rede de proteção a nos esperar e vacilar na projeção do salto ou não ser pego pode resultar em marcas profundas e bem doloridas.

Confiamos em nós mesmos? Confiamos, normalmente, nas pessoas em nossa volta? Confiamos numa força superior? Vivemos habitualmente no paraíso?

Minha ida ao circo foi muito produtiva; o espetáculo foi muito bom, desfrutar da companhia dos amigos também, mas, acima de tudo, foi fascinante perceber que é possível construir/contribuir para que o paraíso aconteça. 



HOJE É O DIA DOS DIREITOS HUMANOS.

tarso

MESMO QUE NÃO SEJA 10 DE DEZEMBRO.

O Dia Internacional dos Direitos Humanos comemora a data em que foi proclamada pela ONU a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 10 de dezembro de 1948. Promover esses direitos no país é a missão do Fundo Brasil. O investimento social de pessoas, empresas e outras instituições, por meio de suas doações, permitiu destinar até agora mais de R\$ 5 milhões a cerca de 200 projetos selecionados e acompanhados pela Fundação. Em editais lançados anualmente

desde 2007, o Fundo Brasil apoia a mobilização de pessoas no enfrentamento à violação dos direitos de mulheres; de afrodescendentes; da população LGBT; de povos indígenas, pequenos(as) agricultores(as), comunidades tradicionais e quilombolas; de crianças e adolescentes em conflito com a lei e outras vítimas de violência institucional; e de grupos vulneráveis aos impactos causados por grandes projetos de infraestrutura e pelas obras relacionadas aos megaeventos esportivos.

Conheça em nosso site os projetos apoiados. Faça parte desta luta. Contribua com o Fundo Brasil para a construção de um país melhor para todos e todas.

10 DE DEZEMBRO. DIA INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS.

11 3256-7852

www.fundodireitoshumanos.org.br | www.facebook.com/fundobrasil | twitter.com/fundobrasil

fundo brasil de
direitos humanos

HISTÓRIAS EM TRANSFORMAÇÃO

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS FAZEM A DIFERENÇA
NAS VIDAS DE PESSOAS QUE AS BUSCAM

Por Paula Craveiro



Segundo dados da Pesquisa Fasfil 2010, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), em 2010, o Brasil contava com 290,7 mil fundações privadas e associações sem fins lucrativos.

Essas organizações não governamentais (ONGs) são formadas espontaneamente para a execução de determinado tipo de atividade, cujo caráter é de interesse público. Elas são responsáveis pelo desenvolvimento de ações em diferentes áreas, bem como pela mobilização da opinião pública e do apoio da população para melhorar diversos aspectos da sociedade.

As ONGs têm por objetivo principal cobrar do Estado o cumprimento de seu dever nas áreas às quais seus objetivos estatutários se afinam. Uma característica comum a estas organizações é o compromisso com grupos sociais marginalizados ou discriminados, por meio de ações que lhes garantam uma série de direitos.

Muito em função da credibilidade que conquistam na sociedade e do descrédito há tempos atribuído ao governo, as entidades sociais provam que é possível mudar a sociedade para melhor, muitas vezes dispondo de poucos recursos e de pouco tempo.

ULTRAPASSANDO OBSTÁCULOS

Diariamente, milhares de pessoas em situação de vulnerabilidade social ou acometidas por deficiências recorrem a ONGs em todo o mundo, em busca de orientação para a solução de seus problemas. O atendimento prestado pelas entidades, em muitos casos, costuma ir além do simples auxílio, representando não apenas alívio e conforto em momentos de aflição, mas, mais que isso, por inúmeras vezes, significa o início de um grande processo de transformação na vida dessas pessoas.

Um bom exemplo é o do estudante de jornalismo Eduardo S. dos Santos George. Portador de artrogripose múltipla congênita, doença rara que se caracteriza por

múltiplas contraturas articulares que atrofia os nervos do corpo e que o deixou tetraplégico. Ele teve os efeitos de sua deficiência minimizados pelo uso da tecnologia após seus pais recorrerem à Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD).

“Meus pais ficaram sabendo do meu problema pouco depois do meu nascimento, mas o diagnóstico da doença foi confirmado mesmo depois que começamos a frequentar a AACD”, ele explica. “A associação teve papel fundamental na minha vida, pois ajudou a me adaptar, auxiliou-me na realização de tarefas do dia a dia que, em outras situações, possivelmente, eu não conseguiria fazer sozinho, como comer sem depender de ninguém, por exemplo”.

Mas a ajuda da associação, conforme conta o jovem, não se limita apenas ao ganho de autonomia. Foi por intermédio da AACD que ele ingressou no mercado de trabalho. “Hoje, curso uma faculdade de jornalismo e trabalho nos Correios, na parte de assessoria de comunicação”, diz Eduardo, que desenvolve todos os seus trabalhos por meio do uso de computador.

CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

Millene Machion, de 40 anos, começou a trabalhar na Petrobras ainda jovem. Formada em Administração de Empresas, em Santos (SP), foi contratada para o cargo de recepcionista por intermédio da Associação para Valorização de Pessoas com Deficiência (Avape), tendo desempenhado a função por dois anos. Após muito trabalho e dedicação, venceu o tabu de que deficiência não é um fator limitante e foi promovida para o cargo de auxiliar administrativa na mesma empresa. Atualmente, ela é supervisora e lidera, há mais de quatro anos, uma equipe formada por 18 pessoas.

Millene faz parte dos 46 milhões de brasileiros que possuem algum tipo de deficiência, segundo números do Censo 2010 do IBGE, o que corresponde a 23,9% da população brasileira. No entanto, para ela, ter uma deficiência não é um impedimento para seguir adiante. Profissionalmente, um dos motivos que a levou a superar as barreiras do cotidiano foi a força de vontade e o desejo de querer crescer.

“Diariamente, milhares de pessoas em situação de vulnerabilidade social ou acometidas por deficiências recorrem a ONGs em todo o mundo, em busca de orientação para a solução de seus problemas”

“O que mais impulsionou meu crescimento foi a determinação em querer aprender. Eu me dedicava e não colocava barreiras no meu caminho, pois a deficiência não atrapalha nada nem ninguém. Temos condições de concorrer com qualquer pessoa, pois a deficiência está na cabeça. Outro diferencial foi a capacitação profissional que recebi da Avape. Senti-me mais segura e preparada para liderar pessoas”, explica.

Há quase 20 anos, Siderlei Andrade sofreu um acidente automobilístico que lhe rendeu um período de internação e sequelas. Considerado deficiente físico, viu sua vida mudar.

Conheceu a Avape em 1996, por meio da indicação de um familiar que trabalhava em uma companhia telefônica que mantinha contrato com a associação. Desde então, há 17 anos, é funcionário da entidade, desempenhando a função de gerente de Serviços.

“Na época, comecei literalmente do zero. Estava em um processo de readaptação em minha vida. Entrei como telefonista, ganhando R\$ 300, e depois fui promovido para o cargo de monitor de um grupo na companhia telefônica, onde obtive bom desempenho na função. A partir desse resultado, assumi a coordenação geral de contratos. Hoje, sou responsável pela gestão de todos os contratos que a Avape mantém com o setor público. Ao todo, são 50 contratos que envolvem cerca de 2 mil pessoas com deficiências”, conta Andrade.

O gerente nacional de Inclusão da Avape, Marcelo Vitoriano, explica que, há mais de 30 anos a associação atua no atendimento e na defesa de direitos, promovendo a reabilitação, a capacitação e a inclusão – na sociedade e no mercado de trabalho – de pessoas com todo tipo de deficiência, atendendo desde recém-nascidos a idosos, e também de pessoas em situação de vulnerabilidade social. “Desenvolvemos ainda programas comunitários, de saúde da família e de ação social, além de atividades culturais, esportivas e recreativas. Desde nossa fundação, sempre nos comprometemos com a qualidade e a excelência dos serviços prestados, mantendo intercâmbio com conceituadas instituições nacionais e internacionais, buscando tendências e inovações, além de reciclar e aperfeiçoar nossos profissionais”, afirma.

DIVULGAÇÃO



Marcelo Vitoriano, gerente nacional de Inclusão da Avape.



“Mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim decidir entre rir ou chorar, ir ou ficar, desistir ou lutar; porque descobri, no caminho incerto da vida, que o mais importante é o decidir”.

Cora Coralina

Ele comenta que os casos de Millene e Siderlei são emblemáticos, pois, com força de vontade e determinação, ambos alcançaram novas oportunidades profissionais. “Mas, felizmente, não são os únicos casos. Temos o orgulho de saber que muitos daqueles que passaram por nossas capacitações ou que contaram com nosso auxílio para uma colocação no mercado de trabalho estão se saindo muito bem”, comemora.

Agradecido, Siderlei diz que deve muito à associação. “Hoje em dia tenho minha casa, terminei minha faculdade, fiz minha pós-graduação, tenho um bom emprego. Em resumo, devo todo meu crescimento, pessoal e profissional, à Avape”.

ESPORTE COMO AGENTE TRANSFORMADOR

Dizer que a prática esportiva é importante para todas as pessoas não é nenhuma novidade, afinal, já está comprovado que praticar esportes com regularidade traz inúmeros benefícios à saúde física e mental, além de melhorar a qualidade de vida. No entanto, para as pessoas com deficiência, os benefícios vão além.

O esporte melhora a condição cardiovascular do praticante, aprimora a força, a agilidade, a coordenação motora, o equilíbrio e o repertório motor. No aspecto social, proporciona a oportunidade de sociabilização entre pessoas com e sem deficiências e o torna mais independente em seu dia a dia. Isso sem contar a percepção que a sociedade passa a ter das pessoas com deficiência, que começam a ver com mais clareza suas inúmeras potencialidades. Já no campo psicológico, o esporte melhora a autoconfiança e a autoestima, tornando as pessoas mais otimistas e seguras para alcançarem seus objetivos.

“O esporte é muito importante para o sentimento de que tudo é possível dentro das minhas limitações e adaptações

para execução daquilo que desejo fazer ou praticar”, garante Ademir Cruz de Almeida, presidente da Associação Brasileira de Desportos para Deficientes Físicos (ABDF) e capitão da Seleção Brasileira de Futebol para Amputados.

Ele conta que já praticou natação, voleibol sentado, atletismo e, atualmente, dedica-se ao futebol para amputados, que ainda não é uma modalidade paralímpica, mas é uma prática na qual o Brasil se destaca e é tetra-campeão.

“Desejo que o futebol para amputados torne-se paralímpico um dia. Essa modalidade já me proporcionou vários momentos inesquecíveis e oportunidades de crescimento cultural, social, político etc. Tudo o que tenho hoje foi graças ao paradesporto”, orgulha-se.

Primeira brasileira a conquistar o título mundial de judô da categoria leve, em agosto de 2013, a carioca Rafaela Silva é fruto do Instituto Reação, ONG criada pelo judoca Flávio Canto, na Cidade de Deus, comunidade do Rio de Janeiro.

Ao lado de Flávio, o professor Geraldo Bernardes é um dos idealizadores do projeto e foi ele quem descobriu o talento de Rafaela. “De origem humilde, quando criança ela era muito indisciplinada; só queria soltar pipa, jogar bola e brigar na rua. Por isso, o pai a levou para treinar. Aos oito anos de idade ela começou a praticar e ao longo do tempo revelou-se um talento nato para o esporte, com agressividade e garra que poderiam ser usadas dentro do tatame. Se há algo de justo no esporte, é este título da Rafaela”, ressalta Geraldo Bernardes, primeiro professor de judô da jovem.

Em seu discurso após a conquista do título mundial, Rafael afirmou: “Estou aqui mostrando que não depende de cor, dinheiro, de nada. Depende da vontade e da garra que a pessoa tem para buscar a vitória”.

Por meio da capoeira, as crianças da AACD também encontraram uma forma de superar limites. A capoeira



“Nada é para sempre, nem mesmo os nossos problemas.”

Charlie Chaplin



Voluntários constroem casa em comunidade carente.



“A grandeza do homem consiste na sua decisão de ser mais forte que a condição humana.”

Albert Camus

inclusiva, adaptação da luta criada pelos escravos africanos no Brasil, surge com uma vertente que auxilia a prática da fisioterapia, contribuindo para a reabilitação dos pacientes. A arte marcial proporciona ao paciente um equilíbrio maior sobre o corpo e também o enriquecimento muscular. Alinhado a tudo isso, o lado lúdico do esporte se faz presente com a música, promovendo a inclusão e a socialização das crianças.

Desde 2006, o professor de educação física e mestre de capoeira Severino Santos de Almeida Júnior, ministra, uma vez por semana, as aulas da entidade. Para agregar valores como disciplina, superação e motivação peculiares à rotina de vida de um atleta, Mestre Júnior, como é conhecido, trouxe para as aulas movimentos como mergulho, gingô, cocorinha, entre outros, que ajudam a desenvolver a coordenação motora da criança.

“Luan não tinha controle de tronco e por conta da insegurança, ele não ia para o chão. Participando das aulas, eu pude perceber o desenvolvimento dele bem melhor”, diz Alexandra Alves, mãe do garoto. Já a mãe do paciente Thiago, 14 anos, Jacira Muniz, diz que a capoeira trouxe equilíbrio, segurança, comunicação e a socialização com as demais crianças. “A gente que é mãe vê a evolução. A questão que ele faz de vir. Ele até mostra os movimentos que aprendeu. A capoeira faz a diferença”, comemora Jacira, que se dedica exclusivamente aos cuidados com o filho.

Marília Lima, 31 anos, mãe de José Ricardo, 7 anos, chegou a pensar em desistir de acompanhar os filhos na aula. O pequeno é portador da Síndrome de Lesch-Nyan, uma doença hereditária e metabólica rara que causa disfunção neurológica, cognitiva e alterações de comportamento. “Eu queria desistir, mas o mestre não deixou. Com a continuidade, ele melhorou bastante. Antes de entrar na capoeira, quase não tinha contato com outras pessoas. Agora, ele até pede para vir”, conta. Seu outro filho, Matheus Guilherme, de 2 anos, também é portador de Lesch-Nyan. Se depender da mãe, será o mais novo paciente a ser apresentado ao poder de reabilitação da capoeira inclusiva.

DIGNIDADE E MORADIA

Amparada por valores como solidariedade, excelência e otimismo, a ONG Teto é uma organização presente na América Latina e Caribe que busca superar a situação de pobreza em que vivem milhões de pessoas nas comunidades precárias, por meio da ação conjunta de seus moradores e um grupo de voluntários. “Com a implementação de um modelo de intervenção focado no desenvolvimento comunitário, o Teto busca, através da construção de moradias de emergência, programas de Habilitação Social e trabalho em rede, construir uma sociedade justa e sem pobreza, onde todas as pessoas tenham a oportunidade de desenvolver suas capacidades e possam exercer plenamente seus direitos”, explica Pedro Oliveira, diretor de Comunicação da entidade.

Desde a sua fundação, contando com o auxílio de voluntários e parceiros, a organização já construiu mais de 85 mil moradias de emergência e mobilizou mais de 500 mil voluntários em todo o continente.

Uma das pessoas beneficiadas é Mara Feitosa de Almeida, 38 anos, moradora do Jardim Gramacho, em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. Vivendo em um ambiente precário, onde moscas e outros insetos circulam livremente, atraídos por sacos de lixo e pelos dejetos a céu aberto, sua situação despertou a atenção da entidade, fazendo com que ela fosse uma das contempladas pela ONG, em mutirão realizado em agosto deste ano.

“São locais com abastecimento precário. A gente trabalha no sol, na chuva. A maior parte não está acostumada com trabalho braçal, fica o dia todo na universidade ou no escritório. Quando acaba, todo mundo está doido por um banho, com dor no corpo, mas com a sensação de dever cumprido”, afirma a voluntária Luísa Buchaul.

Mara ganhou sua casa nova, com 18 metros quadrados, de painéis pré-moldados de pinus e telhado de zinco com isolamento térmico, há uma semana. É menor do que o barraco de três cômodos que ocupava, mas isso não importa. “Ficou muito bonitinho. Agora, aqui não vai pingar água quando chover, nem vai ficar úmido, porque é mais alto. A vida vai ficar melhor”, diz Mara. 🏠



“O êxito da vida não se mede pelo caminho que você conquistou, mas sim pelas dificuldades que superou no caminho.”

Abraham Lincoln



**A PAULO participa da
implantação do Sistema
Único de Assistência Social - SUAS,
por meio do Assessoramento
técnico às entidades
socioassistenciais de todo o Brasil.**



PARA QUE SERVE UM RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE?

Por Dal Marcondes

Muitas empresas utilizam os relatórios de sustentabilidade como peças de marketing que pouco contribuem para que a sociedade tenha uma visão transparente da atuação corporativa.

Nos últimos anos tornou-se mais corriqueiro as empresas publicarem a cada ano seus relatórios de sustentabilidade, uma ação que deveria contribuir para dar transparência não apenas às ações que uma organização faz em direção a uma gestão mais sustentável, mas também para expor os dilemas que enfrenta, seja por conta do setor em que atua, seja por conta do tipo de matérias-primas que utiliza, ou pelos produtos que desenvolve, além de tornar explícita

sua política de relacionamento com os diversos públicos que impactam com suas operações, principalmente as comunidades.

Os relatórios deveriam ser instrumentos de gestão para as empresas, uma forma de se conhecerem melhor através do esforço para esmiuçar suas atividades de acordo com padrões internacionalmente reconhecidos, como o Global Reporting Initiative (GRI). No entanto, em boa parte das vezes, isso não acontece. Os relatórios são preparados por equipes mais preocupadas em preservar a imagem da empresa e valorizar iniciativas que considerem adequadas do que para oferecer uma visão de conjunto sobre as políticas de sustentabilidade corporativa. Mesmo assim, vale registrar: ruim com eles, pior sem eles.

Foi nessa linha que a Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) lançou para as empresas listadas em seus pregões o desafio de universalizar a prática de produzir relatórios de sustentabilidade. A normativa da bolsa é explícita: “As empresas devem apresentar seus relatórios ou explicar por que não fazem esse relato”. Uma orientação que certamente causa alvoroço entre os profissionais das empresas, que agora terão de pensar em como agir e dar materialidade a essa orientação, e para as empresas e profissionais que hoje vivem de produzir relatórios para empresas, além de ser um mercado certamente em expansão.

Estima-se que no Brasil cerca de 200 empresas façam seus relatórios dentro dos padrões GRI, mas a estatística é falha, porque não há uma regra que obrigue a empresa a registrar seu relatório junto ao escritório do GRI. Um dado relevante é que dentre as empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA, neste ano foram quase 40 que participaram, e todas publicaram relatórios.

Mas uma pergunta recorrente é: “Para que serve um relatório de sustentabilidade?”

Os atuais, para muito pouco. Uma enquete informal feita com profissionais que atuam na área de sustentabilidade e especialistas no tema em todo o Brasil mostrou que poucos são aqueles que se disponibilizam e dedicam tempo à leitura do relatório. A maioria apenas olha de relance e guarda, até que o exemplar do ano seguinte lhe chegue às mãos. Mesmo os analistas de investimentos e os potenciais investidores dão pouca atenção aos relatórios, porque sabem que, em sua maior parte, são peças de marketing e não oferecem uma visão credível dos processos de gestão das empresas. O marketing e as informações relevantes estão de tal forma entrelaçados que não é possível ao leitor fazer uma distinção entre as informações

Os relatos empresariais deveriam oferecer aos leitores uma visão da complexidade da gestão e de seus impasses, o que pensam os executivos e como é a percepção, de fato, que os seus principais públicos, stakeholders, têm da corporação.

efetivamente relevantes daquelas que simplesmente tentam mostrar uma foto mais palatável da empresa.

Em tempos de mudanças, em que antigos paradigmas econômicos são cotidianamente contestados, conhecer as empresas de fato, o que pensam e como enfrentam seus dilemas torna-se fundamental para a criação de um mercado mais equilibrado e eticamente sustentável. Os relatos empresariais deveriam oferecer aos leitores uma visão da complexidade da gestão e de seus impasses, o que pensam os executivos e como é a percepção, de fato, que os seus principais públicos, *stakeholders*, têm da corporação. De fato, o ideal é que as empresas se ofereçam para uma reportagem, algo mais próximo do jornalismo do que do marketing, pois assim poderiam dar credibilidade às informações publicadas.

A própria empresa e seus executivos e colaboradores deveriam também ser tratados como *stakeholders*, uma vez que o quadro geral apenas se forma com a junção de todos os componentes desse quebra-cabeças, que é uma organização complexa. Nos próximos anos um número enorme de novas empresas irá incorporar em suas práticas o relatório anual de sustentabilidade. É importante que essas peças de informação tenham alguma utilidade para a própria empresa e para a sociedade e comunidades onde suas unidades estarão inseridas. Outro ponto fundamental é que o relatório de sustentabilidade ganhe a mesma relevância dos balanços, onde os números das empresas são esmiuçados por investidores, e nunca poderá haver qualquer tipo de maquiagem.

Ser sustentável tem uma relação direta com a redução de riscos para a empresa com a manutenção de sua “licença para operar”, não pelas leis, mas pela própria sociedade, e com a perenidade dos negócios. Relatar, mais do que a montagem de um cenário idealizado, deve significar cada vez mais buscar, através da transparência, compartilhar dilemas com a sociedade e com outros setores do mercado. Também, é claro, mostrar suas boas práticas. 🌱



UM ANO APÓS SEU LANÇAMENTO, INSTITUTO FILANTROPIA REALIZA PESQUISA DE SATISFAÇÃO COM AFILIADOS

Por **Thaís Iannarelli**

Em dezembro de 2012, o Instituto Filantropia foi lançado durante a ONG Brasil, realizada no Expo Center Norte, em São Paulo. A partir de então, diversos canais, como a Revista Filantropia – que já tem 11 anos de existência –, a Rádio Tom Social, os livros voltados para gestão social, entre outras iniciativas, passaram a fazer parte das atividades do Instituto.

Dentre os canais de comunicação do Instituto Filantropia, estão:

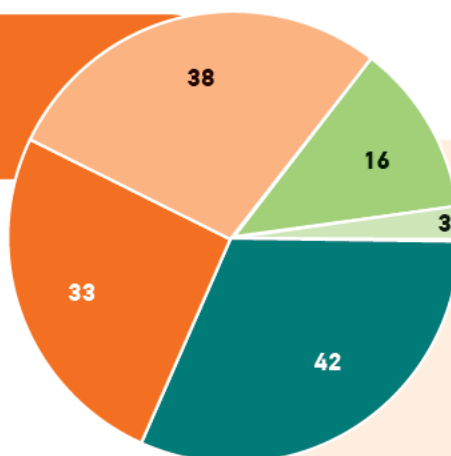
- Portal IF: portal de notícias, atualizado diariamente com as novidades do Setor.
- Revista Filantropia: publicação bimestral cuja função é transmitir informações técnicas relacionadas à gestão e à profissionalização do Terceiro Setor.
- Di@logando: espaço semanal para debates voltados à gestão do Terceiro Setor, com palestrantes convidados.
- Livros: publicação de obras com temas aprofundados sobre gestão, escritas por colaboradores do Instituto.
- Rádio Tom Social: rádio on-line que funciona como um canal de transmissão de notícias e dicas da área social.



- PontoOrg: publicação virtual enviada via e-mail marketing que informa sobre eventos, notícias e agenda do Terceiro Setor.
- Fórum Interamericano de Filantropia Estratégica: evento cuja primeira edição será em março de 2014, e que tem como objetivo trazer temas diversos sobre gestão social.

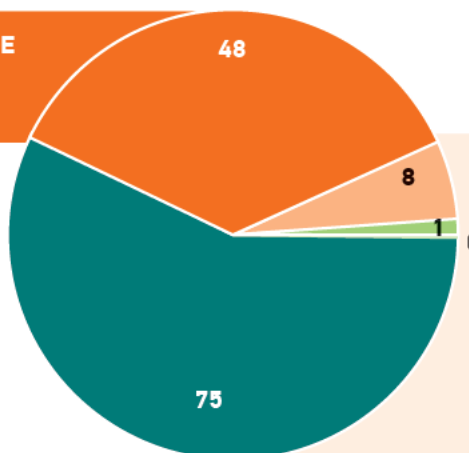
Para avaliar a percepção dos afiliados do Instituto Filantropia neste primeiro ano de atividades, realizamos uma pesquisa com perguntas envolvendo qualidade do conteúdo, acessibilidade, atendimento, entre outros quesitos. Confira agora alguns dos resultados:

HÁ QUANTO TEMPO VOCÊ É UM AFILIADO FILANTROPIA (OU ASSINANTE DA REVISTA FILANTROPIA)?



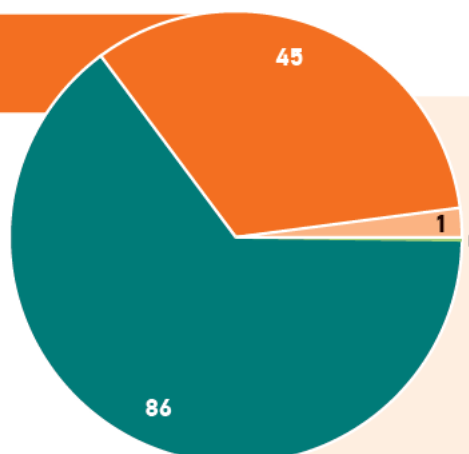
Menos de 1 ano
1 a 2 anos
2 a 5 anos
mais de 5 anos
Ainda não sou afiliado

COMO VOCÊ AVALIA A QUALIDADE DA REVISTA FILANTROPIA (PAPEL, DESIGN, LEITURA)?



Excelente
Ótima
Boa
Regular
Ruim

EM SUA PRÓXIMA RENOVAÇÃO, VOCÊ...



Renovarei minha afiliação, com certeza!
Ainda não sei se farei a renovação
Definitivamente não farei a renovação
Não sou afiliado



I N S T I T U T O
FILANTROPIA

FAÇA PARTE DA
MAIOR REDE DE
CONHECIMENTO
TÉCNICO E DE GESTÃO
DE ORGANIZAÇÕES
SOCIAIS!

AFILIE-SE:

www.institutofilantropia.org.br



VIOLÊNCIA CONTRA
AS MULHERES É

INACEITÁVEL

—
*SEM IMPORTAR COMO
ESTÃO VESTIDAS*



Declaração da alta comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Navi Pillay, no Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher, lembrado a cada ano no dia 25 de novembro, alerta para problema mundial

A violência contra as mulheres continua como uma das maiores calamidades de nosso tempo. É escandaloso que, hoje em dia, para muitas mulheres e crianças a violência se encontre nas esquinas, locais de trabalho ou em suas próprias casas. E, frequentemente, a justiça está ausente.

Em Busia, Quênia, em junho deste ano, uma jovem de 16 anos de idade foi violentada e jogada em uma fossa de seis metros de profundidade, que acabou ocasionando em uma fratura da coluna e uma fistula obstétrica. A polícia decidiu não perseguir penalmente os homens. Em lugar, como castigo, ordenou-lhes cortar o gramado da estação policial.

A notícia desencadeou uma excepcional manifestação de indignação pública. A campanha “Justiça para Liz”, assinada por um 1,4 milhões de pessoas, fez com que o presidente da Corte do Quênia tomasse providências imediatas para o caso. Por que foi necessária a mobilização de 1,4 milhões de pessoas para que se iniciasse o processo de justiça e qual é o direito humano fundamental da vítima?

Em outra parte do mundo, em Auckland, Nova Zelândia, quando uma menina de 13 anos de idade havia denunciado a polícia de que havia sido violentada por três jovens, uma das primeiras perguntas que ela contou que lhe fizeram foi: “Como estava vestida?”. Isto ocorreu em 2011. Dois anos mais tarde, depois de várias agressões similares pelo mesmo grupo, se gerou uma reação pública com o objetivo de que as autoridades tomassem alguma medida.

Ao órgão de controle da conduta da polícia da Nova Zelândia foi ordenado revisar a conduta destes casos e a polícia, agora, finalmente está realizando as investigações que deveriam ter sido iniciadas dois anos antes.

Tristemente, estes não são casos isolados. Estes crimes ocorrem regularmente em diversos países em todo o mundo,

mas raramente aparecem nas manchetes, geram uma indignação pública ou levam as autoridades a tomar decisões.

Na maioria dos lugares, as mulheres são envergonhadas ou intimidadas por denunciar à polícia a violência, particularmente a violência sexual. E quando elas ultrapassam as diversas barreiras sociais e tabus e fazem uma denúncia, enfrentam, frequentemente, cruéis e insensíveis reações oficiais, que, de maneira efetiva, impedem o acesso a justiça.

A violência contra as mulheres e crianças têm se perpetuado por séculos de dominação masculina e discriminação baseada no gênero. Esta violência está embasada em normas profundamente enraizadas socialmente, as quais só reconhecem o valor das mulheres a partir de noções discriminatórias de castidade e “honra” e é frequentemente usada para controlar e humilhar não apenas as vítimas, mas também suas famílias e comunidades.

É essencial desafiar estas noções, que comumente permeiam o sistema de justiça, o qual resulta em um círculo vicioso de impunidade e maior violência.

O Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher e a relatora especial sobre a Violência contra as Mulheres têm documentado a violência contra as mulheres, suas causas e consequências em todo o mundo e têm recomendado medidas para eliminar esta violência e reparar suas consequências.

Estas recomendações devem ser levadas a sério. Os Estados estão obrigados pelo direito internacional dos direitos humanos a assegurar que o sistema de justiça penal, em cada uma de suas etapas, encontre-se livre de preconceitos de gênero, que inclui a investigação, perseguição, interrogatórios, proteção das vítimas e testemunhas, o pronunciamento das sentenças.

A insinuação de que as mulheres têm uma propensão a mentir e que seu testemunho deve ser corroborado ou tomado com cautela deve ser eliminada em todas as etapas dos processos judiciais, assim como a ideia de que as mulheres incitam a violência sexual por estar fora de casa à noite ou por vestir-se de uma maneira em particular.

No Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher, façamos o que estiver ao alcance para eliminar os estereótipos prejudiciais de gênero que ajudam a perpetuar um clima de que a violência contra as mulheres é considerada aceitável ou “merecida”. A violência contra as mulheres é simples e absolutamente inaceitável – sem importar como estejam vestidas. 🍷

É essencial desafiar estas noções, que comumente permeiam o sistema de justiça, o qual resulta em um círculo vicioso de impunidade e maior violência

Ressoar Solidário

Ações de voluntariado em diversas áreas por todo o Brasil.



Programa Ressoar

Apresentado por Chris Flores, o Programa Ressoar vai ao ar pela Record News todos os domingos às 19h30, com reprise nos sábados seguintes às 11h30. Por meio de reportagens e entrevistas, abre espaço para o debate sobre o terceiro setor, incluindo temas econômicos, sociais e educacionais.



Projeto Nova Canaã

Educação, esportes e alimentação para 600 crianças de Irecê, no sertão da Bahia.



INSTITUTO RESSOAR



Ressoar nos Bairros

200 mil atendimentos por ano. Diversão e prestação de serviços para quem mais precisa.

Ressoar Multimeios

Curso de capacitação profissional na área audiovisual com 700 alunos inscritos a cada etapa.



É MAIS QUE ESPERANÇA. É REALIZAÇÃO!

Junte-se à nós e seja mais que esperança na vida de muita gente!

Faça parte de nossos projetos.

Vamos tornar a sociedade mais justa e menos desigual.

Fale conosco - ressoar@ressoar.org.br



www.ressoar.org.br



facebook.com/institutoressoar



twitter.com/ressoar



MARIA DA PENHA. DA LAPA, DA FREGUESIA, DO BRASIL

A violência em todos os seus níveis e contra toda e qualquer pessoa é inadmissível. Quando nos deparamos com situações de violência contra meninas e mulheres, principalmente aquelas com deficiência e, conseqüentemente, mais vulneráveis, o sentimento de abominação e desejo de justiça imediata é ainda mais latente. Sensação essa que toma proporções enormes quando se é mulher, médica ginecologista, mãe de filhas adolescentes e que lida diariamente com pessoas com deficiência.

A Lei Maria da Penha, em vigor desde 2006, trouxe um enorme avanço ao punir os agressores com penas mais rigorosas, incluindo o aumento de um terço para quem praticar violência contra uma mulher com deficiência. Apesar disso, todos os dias são registrados novos casos.

Além de sofrerem os mesmos atos de brutalidade, mulheres com deficiência estão expostas a outros tipos de abusos, como laqueaduras compulsórias, confinamentos e isolamentos na própria residência, negação de cuidados necessários e estupro por parte de cuidadores. Procedimentos médicos intrusivos, sem fins terapêuticos e administrados sem o livre consentimento da pessoa podem também constituir tortura, cujas motivações podem estar atribuídas ao preconceito.

É impressionante a história da mulher que deu origem ao nome da Lei. Maria da Penha Maia Fernandes foi espancada brutalmente pelo marido durante seis anos de casamento e foi vítima de duas tentativas de assassinato por causa do ciúme doentio que ele sentia. Na primeira, levou um tiro nas costas enquanto dormia, deixando-a paraplégica. Na segunda, o marido a empurrou da cadeira de rodas

e tentou eletrocutá-la no chuveiro. Após essas agressões, ela o denunciou. O marido foi punido depois de 19 anos de julgamento e ficou apenas dois anos em regime fechado. Revoltada com a falta de justiça, Maria da Penha conseguiu, com a ajuda de ONGs, enviar o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA), que, pela primeira vez, acatou uma denúncia de violência doméstica. A OEA condenou o Brasil por negligência e omissão em relação à violência doméstica. Uma das punições foi a recomendação para que fosse criada uma legislação adequada a esse tipo de violência.

O combate à violência contra a mulher é uma causa sem fronteiras, mas demanda ações locais de enfrentamento. Recentemente o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, assinou o termo de adesão ao programa do Governo Federal “Mulher, Viver sem Violência”. A região central da cidade ganhará, nos próximos meses, uma unidade da Casa da Mulher Brasileira, equipamento público especializado no atendimento às vítimas. Na ocasião, foi assinado o termo de adesão ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, parceria entre as três esferas de governo – Federal, Estadual e Municipal – com o intuito de fortalecer as políticas públicas, visando ampliar e integrar os serviços de acolhimento e orientação às mulheres nessa situação.

Como gestora pública de ações voltadas para as pessoas com deficiência vislumbro que o Estado precisa agir na prevenção, com campanhas educativas, e no amparo e acolhimento às vítimas de abusos, mas é preciso também haver um esforço da Justiça para punir com rigor qualquer situação de violência em relação às mulheres. Essa é a melhor forma de coibir novos casos. 🍷



O QUE DIZEM OS RANKINGS DE SUSTENTABILIDADE?

Por que são sempre as mesmas empresas que aparecem como líderes do paradigma da sustentabilidade? Em um artigo recente, Peter Knight, um dos jornalistas mais ativos no monitoramento da atuação socioambiental do mundo corporativo, fazia essa pergunta. Diante dele estava a relação das empresas elencadas como modelo por um painel mundial de 1.170 especialistas no assunto, convocados anualmente pela rede de pesquisas GlobeScan em parceria com a consultoria SustainAbility. Nas primeiras posições apareciam

Patagonia, Unilever, Coca-Cola, Marks & Spencer, Wal-Mart, GE, Interface... Basicamente os mesmos nomes que podem ser vistos nos rankings mundiais da Forbes, da GreenBiz, da Standard & Poors ou da Environmental Leader.

Na opinião do jornalista, o placar parece congelado no tempo, mesmo com a fenomenal explosão de interesse sobre o tema, a multiplicação de corporações abraçando a sustentabilidade e a lista de escândalos que se renova todos os anos. Só por esses três fatos deveriam existir mais novidades no



topo da lista de um ano para outro, ainda mais no caso de rankings derivados da opinião de uma vanguarda especializada no tema, os chamados “*sustainerati*”, experts e formadores de opinião com conhecimento amplo e atualizado sobre o tema. É a informação que não chega aos ouvidos dessa elite ou apenas um grupo imutável de empresas têm alcançado efetivamente o nirvana da sustentabilidade?

Nem uma coisa nem outra, contesta Peter Knight. Para entender o motivo da aparente inércia dos rankings, precisamos focar no marketing sustentável, ora no seu volume, ora na sua esperteza. E não é que – segue o argumento – o esforço marqueteiro tenha de ser automaticamente equiparado ao *greenwashing*, mas sim à inteligência tática com que as mensagens de engajamento socioambiental são veiculadas. Knight lembra então, por exemplo, da abordagem utilizada pela Patagonia. Além de exibir um CEO engajado em fóruns sociais e ambientais de todo tipo, a empresa teve a audácia de anunciar seus produtos apelando ao anticonsumo:

Afinal, seguindo a cartilha da teoria do “agenda-setting”, são os especialistas que fazem a cabeça do restante da sociedade. Imprima sua marca na mente dos influenciadores da sociedade e você ganhará, por tabela, a mente da própria sociedade. Certo?

“Não compre essa jaqueta”, seduzia inteligentemente um aviso em revistas e jornais, conectando a iniciativa a um esforço para reduzir a pegada ecológica. Knight interpretou a convocatória ao anticonsumo como música para os ouvidos de muitos dos *sustainerati* habitualmente simpáticos ao discurso da desmaterialização e crítica ao consumismo. Deve ter ecoado bem, sem dúvida. Mas o que o aviso também fez foi relançar a marca em sintonia com a expectativa de identidade e distinção atrelada ao abraço de um modelo de sustentabilidade e à necessidade gritante por encontrar sinais claros desse alinhamento entre os atores presentes no mercado. Já do lado da consultora SustainAbility, o entendimento é mais prosaico: no caso da Unilever, líder dos últimos anos no ranking mundial, o plano de sustentabilidade continua em pé e nenhuma outra empresa conseguiu bolar algo melhor. A inércia das escolhas dos profissionais do setor seria ao mesmo tempo fruto da razão e da força do hábito.

Se os mais informados parecem repetir ano após ano os mesmos julgamentos, podemos esperar algo diferente do cidadão comum que tem pouco tempo, treinamento e bem menos motivação que os *sustainerati* para compor opiniões sobre o assunto? Afinal, seguindo a cartilha da teoria do “agenda-setting”, são os especialistas que fazem a cabeça do restante da sociedade. Imprima sua marca na mente dos influenciadores da sociedade e você ganhará, por tabela, a mente da própria sociedade. Certo?

Um olhar sobre o caso brasileiro mostra, no entanto, que as influências dos *sustainerati* do mundo têm suas nuances. Seja por uma maior atenção do público ao tema, por sabedoria mercadológica ou comunicacional de um número maior de empresas, pela eficiência da cobertura midiática em retratar os vaivéns éticos e socioambientais das organizações ou ainda pela desigual repercussão das opiniões da elite da sustentabilidade, os brasileiros vêm revelando bastante autonomia nas suas percepções sobre a vanguarda e a retaguarda corporativa. Não apenas a composição do ranking revela diferenças em relação ao painel mundial dos *sustainerati*, como também demonstra as mudanças mais marcantes ao longo do tempo.

Os resultados do ranking das empresas campeãs de responsabilidade socioambiental derivados da pesquisa Monitor de

Sustentabilidade Corporativa e elaborado pelo instituto Market Analysis mostram que o quadro local da liderança está longe de ser um jogo de cartas marcadas. Para compor o ranking, pouco mais de 800 adultos, selecionados segundo critérios de amostragem que garantem a representatividade da população urbana do país, são consultados todo final de ano. A pergunta é simples e direta: *“Por favor, me diga o nome de uma grande empresa que você lembra ou pensa como sendo uma empresa que cumpre com suas responsabilidades sociais e ambientais melhor do que as outras, ou seja, uma empresa sustentável”*. Os entrevistadores são instruídos a aceitar ou extrair duas menções diferentes dos respondentes. Ao todo, 56 empresas foram espontaneamente citadas e somente 33% dos entrevistados não souberam apontar um bom exemplo (nada mal comparação aos 18% de experts latino-americanos que tiveram em mesma reação na pesquisa GlobeScan/SustainAbility).

Das organizações líderes que figuravam no Top 10 do país em 2005, quando iniciamos a divulgação pública do pódio, apenas três se mantiveram na lista até 2013. Mesmo se comparado a um momento mais recente, como 2010, quando um maior número de empresas (12 ao todo) disputaram as posições do Top 10, só cinco delas conseguiram continuar no placar das empresas-modelo até o presente. O prêmio de resiliência no topo das percepções de empresa-emblema de cidadania corporativa vai para Petrobras, Coca-Cola, Nestlé, Natura e Casas Bahia. Tem mais: pela primeira vez em oito anos de medições, a liderança no ranking brasileiro de empresa mais sustentável mudou de dono. Este ano, a Petrobras cedeu lugar à Coca-Cola na primeira posição. E como outro sinal de aparente autonomia intelectual ou sensorial do público brasileiro, encontramos um maior reconhecimento do trabalho de companhias nacionais, como Ypê, Pão de Açúcar, O Boticário e Casas Bahia, além da consideração compartilhada com os

Das organizações líderes que figuravam no Top 10 do país em 2005, quando iniciamos a divulgação pública do pódio, apenas três se mantiveram na lista até 2013

experts da região pelas empresas Natura e Petrobras. Ao mesmo tempo, algumas escolhas locais dos *sustainerati* latino-americanos – como a empresa Vale – ficaram desatualizadas há mais de três anos aos olhos do grande público brasileiro.

Não duvido que vários leitores questionem os resultados, apesar das continuidades e da razoabilidade das mudanças. Para alguns, o convite ao consumismo das propagandas das Casas Bahia se colocariam nas antípodas da responsabilidade socio-ambiental. Para outros, um setor como o petrolífero só poderia ser antagônico à ideia da sustentabilidade em função de seu histórico de poluição e sua contribuição para uma matriz suja de energia. No entanto, os brasileiros negociam conceitos específicos de cidadania empresarial que, para eles, cabem legitimamente dentro de um guarda-chuva operacional de sustentabilidade corporativa. Nele, a facilitação do consumo se converte em acessibilidade e, assim, dialoga com a demanda social por maior equanimidade material e democratização do consumo como indicador de participação cívica na vida econômica nacional. Nesse mesmo conceito guarda-chuva albergado pela população, as contribuições para a geração de empregos e riquezas, assim como as ações de compensação ambiental, mais que contrabalançam os impactos adversos da exploração de petróleo.

Por outro lado, não se trata apenas de uma benignidade pura, à flor de pele, para com todas as empresas. Afinal, várias das apontadas como líderes até poucos anos atrás foram perdendo seu encanto aos olhos dos consumidores. Bancos como Real-Santander, Bradesco ou Banco do Brasil ganharam a desconfiança ou indiferença do grande público, enfraquecendo sua percepção como instituições líderes e ficando de fora do pódio. Montadoras como Volkswagen e Fiat, que em 2005 povoavam o painel das melhores, hoje, após o *boom* de vendas e a multiplicação de investimentos publicitários, ficaram desconectadas da vanguarda sustentável. Claramente o argumento da democratização social do consumo encontra sua resistência na imobilidade urbana resultante da explosão de acessibilidade material, fora outras questões éticas que rodeiam a indústria automobilística. Marcas nacionais como Votorantim, Rede Globo ou Azaléia, todas reconhecidas pela sua



Melhores e Piores empresas em sustentabilidade – Respostas espontâneas

MELHORES EMPRESAS			PIORES EMPRESAS		
1	Coca-Cola	9,6%	1	Souza Cruz	2,5%
2	Natura	7,4%	2	Petrobras	1,5%
3	Petrobras	7,2%	3	Casa e Vídeo	1,4%
4	Nestlé	3,1%	3	Coca-Cola	1,4%
5	Ypê	2,4%	5	Dolly**	1,2%
6	Unilever	2,2%	6	Ambev	1,0%
7	Casas Bahia	1,9%	6	Oi	1,0%
8	Pão de Açúcar	1,6%	6	Wal-Mart**	1,0%
9	Grupo Boticário*	1,5%	9	Claro	0,9%
10	Wal-Mart	1,4%	10	Ford	0,7%
	Nenhuma	4,4%		Nenhuma	7,7%
	NS/NR	32,8%		NS/NR	64,5%

*pela primeira vez no ranking de melhores empresas

** pela primeira vez no ranking de piores empresas

Pergunta: "Por favor, me diga o nome de uma grande empresa que você lembra ou pensa como sendo uma empresa que cumpre com suas responsabilidades sociais e ambientais melhor do que as outras, ou seja, uma empresa sustentável" (Entrevistador aceita ou sonde até 2 menções).

eficácia em promover um laço de identidade local ou nacional com os consumidores e que surgiam no Top 10 de 2005 e anos seguintes, foram excluídas há bastante tempo da liderança socio-ambiental. Ademais, também ocorre que entre as companhias tidas como referências de bom desempenho existem algumas que, na visão de outros brasileiros, agem na contramão da sustentabilidade, tais como a própria Petrobras, Coca-Cola e Wal-Mart. É o que o ranking das piores revela.

Podemos ainda adotar a interpretação do *agenda-setting* como um esquema infalível para entender como o cidadão comum constrói suas opiniões no terreno da sustentabilidade corporativa? Parece pouco provável. Podemos pensar que só uma campanha inteligente de relações públicas matará a charada para pular aos primeiros lugares da reputação socioambiental e

lá se fixar? Dificilmente. Quiçá o mais adequado seja admitir que existam modos e iniciativas de atuação que são prestigiados pelo grande público e maneiras de comunicar o trabalho sustentável que ecoam mais facilmente na cabeça do brasileiro típico. Porém, ninguém está garantido no seu lugar. Certamente é bom contar com algumas referências empresariais percebidas como liderança, uma vez que nos fornecem inúmeras dicas do que funciona e pode continuar funcionando. Ainda melhor é descobrir como a sustentabilidade tem se tornado um jogo competitivo em si mesmo, forçando os líderes a não se acomodarem e levando os seguidores das campeãs e as empresas iniciantes na trilha sustentável a pensarem que na persistência, transparência e interação com toda a sociedade poderão encontrar, amanhã, o reconhecimento público. 🌱

Ficha Técnica: Monitor de Sustentabilidade Corporativa 2013, realizado pela Market Analysis com base em 803 entrevistas com adultos entre 18 e 69 anos, residentes em nove capitais: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Porto Alegre, Curitiba, Goiânia e Brasília. As entrevistas foram realizadas no domicílio dos entrevistados entre Janeiro e Fevereiro de 2013. A margem de erro da pesquisa é de 3,5% para mais ou para menos.

Referências: Knight, Peter: "Letter from the mid-Atlantic – Same old names, same old games?", 4/6/2013. Disponível em: <http://www.ethicalcorp.com/business-strategy/letter-mid-atlantic-%E2%80%93-same-old-names-same-old-games> The 2013 Sustainability Leaders – a GlobeScan / SustainAbility Survey. Disponível em: <http://www.sustainability.com/library/the-2013-sustainability-leaders#.Ucx-WtLVA3o>



FIQUE LIGADO!



Fórum Interamericano de FILANTROPIA ESTRATÉGICA

FORUM INTERAMERICANO DE FILANTROPIA ESTRATÉGICA ACONTECERÁ EM 2014

Entre os dias 11 e 14 de março de 2014, o Instituto Filantropia promoverá, em Natal, no Rio Grande do Norte, o Fórum Interamericano de Filantropia Estratégica. Com o objetivo de abordar temas relacionados às boas práticas de gestão de uma organização social, o evento reunirá palestrantes com *expertise* em diversas áreas. A ideia é oferecer aos participantes a oportunidade de estabelecer uma rede de conhecimento, aprendizado e crescimento profissional. O fórum será composto por palestras simultâneas e momentos com todos os participantes reunidos. Afiliados do Instituto Filantropia têm condições especiais para participar do evento.

www.fife.org.br

FUNDO BRASIL LANÇA EDITAIS PARA ORGANIZAÇÕES DE DEFESA DE DIREITOS HUMANOS

O Fundo Brasil de Direitos Humanos vai disponibilizar um total de R\$1,4 milhão para projetos de organizações ou indivíduos que atuam na defesa de direitos humanos em todo o país. Serão doados cerca de R\$ 800 mil, por meio do Edital Anual 2014, para iniciativas que combatam os diversos tipos de discriminação e a violência institucional, aquela cometida por ação ou omissão do estado e suas instituições; e R\$ 600 mil, em chamada específica, para a defesa e a promoção de direitos humanos de grupos ou comunidades vulneráveis aos impactos das obras para a Copa do Mundo e Olimpíadas, nas cidades sede das competições. Essa última chamada dá continuidade ao edital desenvolvido em 2013, que teve como tema desenvolvimento urbano e direitos humanos. Os dois editais serão lançados no evento "Diálogos Musicais em Direitos Humanos", marcado para o dia 4 de dezembro, quarta-feira, no Sesc Pinheiros. Para o lançamento, Carlinhos Antunes e Orquestra Mundana apresentam o show "Violeta Terna e Eterna". O concerto conta com a participação especial do músico paulistano Renato Braz. Todas as informações sobre como inscrever uma proposta e os critérios de seleção serão divulgadas a partir do dia 4 de dezembro no site.

www.fundodireitoshumanos.org.br



UNESCO LANÇA RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE CIÊNCIAS SOCIAIS 2013

A Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Educação e a Cultura (Unesco), em parceria com a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico e o Conselho Internacional de Ciências Sociais, lançou o "Relatório Mundial sobre Ciências Sociais 2013 – Mudando os Ambientes Globais", com artigos de mais de 150 especialistas de todo o mundo. A publicação fornece uma amostra de como as ciências sociais (antropologia, economia, estudos sobre desenvolvimento, geografia, ciência política, psicologia e sociologia) podem ajudar na discussão das mudanças climáticas. A publicação, em inglês, aponta que Brasil, Austrália, China e África do Sul são os centros de pesquisa mais prolíferos sobre mudanças climáticas fora da América do Norte e da Europa, já que possuem os melhores recursos científicos dentro de suas áreas.

<http://j.mp/WorldSocialScienceReport>



FAO LANÇA RELATÓRIO SOBRE O IMPACTO DO DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) lançou relatório detalhando os impactos ambientais do desperdício de alimentos. A cada ano, 1,3 bilhão de toneladas de alimentos são desperdiçados ou se perdem, seja durante sua produção e processamento, pelo comércio varejista ou com o consumidor. A água, a terra e outros recursos naturais empregados na produção desses alimentos também são desperdiçados, ao mesmo tempo em que se liberam na atmosfera os gases de efeito estufa que são gerados ao produzir, processar e cozinhar os alimentos. O documento da FAO, "O Rastro do Desperdício dos Alimentos – Impactos nos Recursos Naturais", é o primeiro estudo a analisar especificamente as repercussões ambientais do desperdício de alimentos. Uma publicação complementar – "Caixa de Ferramentas: Reduzir os Rastros do Desperdício de Alimentos" – também foi apresentada e possui recomendações para a ação e exemplos sobre como está sendo enfrentado o problema do desperdício de alimentos em todo o mundo.

<http://j.mp/DesperdicioDosAlimentos>



PESQUISA APRESENTA DADOS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA NEGROS

Em Alagoas, os homicídios reduziram em quatro anos a expectativa de vida de homens negros. Entre não negros, a perda é de apenas três meses e meio. O Estado apresentou o pior resultado do país, segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgado em 19 de novembro. A Nota Técnica “Vidas Perdidas e Racismo no Brasil” calculou, para cada Estado, os impactos de mortes violentas (acidentes de trânsito, homicídio, suicídio, entre outros) na expectativa de vida de negros e não negros, com base no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/MS) e

no Censo Demográfico do IBGE de 2010. O levantamento analisou ainda em que medida as diferenças nos índices de mortes violentas podem estar relacionadas a disparidades econômicas, demográficas e ao racismo. Considerando apenas o universo dos indivíduos que sofreram morte violenta entre 1996 e 2010, constatou-se que, para além das características socioeconômicas, a cor da pele da vítima, quando preta ou parda, faz aumentar a probabilidade do mesmo ter sofrido homicídio em cerca de 8%.

📄 <http://j.mp/VidasPerdidas>

LIVRO AVALIA CONQUISTAS E DESAFIOS DO BOLSA FAMÍLIA

Implantado há dez anos, o Programa Bolsa Família foi responsável por reduzir entre 15% e 20% a desigualdade de renda no Brasil. Também colaborou para a queda na desigualdade entre Estados e regiões do País (15%). A política de transferência de renda impulsionou, ainda, a diminuição na taxa de extrema pobreza (entre 2001 e 2011, passou de 8% para 4,7% da população brasileira). Esses e outros dados estão compilados no livro “Programa Bolsa Família – uma década de inclusão e cidadania”, lançado em outubro. Os artigos reunidos na publicação – uma parceria do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) – traçam um panorama histórico da evolução do programa, resgatam as principais contribuições do Bolsa Família para as políticas de assistência social e apresentam análises sobre seu impacto nos indicadores de saúde, educação e proteção social e na redução da pobreza.

📄 <http://j.mp/BolsaFamiliarIpea>

CONCURSO DE CURTA DOCUMENTÁRIO SOBRE A LEI MARIA DA PENHA ESTÁ COM INSCRIÇÕES ABERTAS

As Procuradorias da Mulher da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em conjunto com a Bancada Feminina, realizarão, com apoio do Banco Mundial, a segunda edição do Concurso de Curta Documentário sobre a Lei Maria da Penha. Com o tema “Violência contra a mulher, o que você tem a ver com isso? Grave um vídeo. Compartilhe com o mundo!”, a iniciativa tem o objetivo de chamar atenção para o problema da violência de gênero de maneira criativa e inovadora, ao mesmo tempo em que colhe as impressões da sociedade sobre uma das mais importantes legislações brasileiras. O concurso terá foco na educação e será voltado aos alunos do Ensino Médio, com idades entre 14 e 18 anos, de escolas públicas e particulares, estimulando o debate sobre a violência doméstica nas salas de aula. Os alunos deverão produzir um vídeo de até cinco minutos, por celular ou câmera digital, e postar no YouTube. Mais detalhes sobre como se inscrever estão disponíveis no site do concurso.

📄 www.curtamariadapenha.com.br



Presidente da Petrobras, Graça Foster, discursa durante cerimônia de lançamento de programa de investimentos socioambiental e do prêmio Petrobras de esporte educacional.

PETROBRAS LANÇA PROGRAMA DE INVESTIMENTO SOCIOAMBIENTAL E PRÊMIO PARA ESPORTE EDUCACIONAL

A presidente da Petrobras, Maria das Graças Silva Foster, anunciou o Programa Petrobras Socioambiental, que investirá R\$ 1,5 bilhão, entre 2014 e 2018, em projetos sociais, ambientais e esportivos. Com conceito que reflete uma tendência mundial na área de Responsabilidade Social Corporativa, o novo programa foi elaborado com base em diretrizes globais referenciadas pelo Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) e os Princípios da Norma Internacional ISO 26000. As iniciativas deverão abranger sete linhas de atuação: produção inclusiva e sustentável; biodiversidade e sociodiversidade; direitos da criança e do adolescente; florestas e clima; educação; água e esporte. Além desses temas, as iniciativas devem contemplar a equidade de gênero e de raça, e a inclusão de pessoas com deficiência. Na ocasião também foi lançado o Prêmio Petrobras de Esporte Educacional, que destinará R\$ 500 mil para tecnologias sociais de esporte educacional, desenvolvidas por professores de instituições de ensino e organizações sociais de todo o país. Serão três categorias: Terceiro Setor, universidade e escola pública. As inscrições estão abertas até 5 de fevereiro de 2014.

📄 www.petrobras.com.br/socioambiental

📄 www.petrobras.com.br/premioesporte



GERAÇÃO DE RENDA



Quebra-cabeça Família de Gatos, de Aldemir Martins
Valor: R\$ 100,00



Quebra-cabeça Convite à Luz, de Francisco Panachão
Valor: R\$ 100,00

ASSOCIAÇÃO FACE

A Associação Face – Facial Anomalies Center é uma organização da sociedade civil de interesse público (Oscip), fundada em 7 de janeiro de 2005 e qualificada pelo Ministério da Justiça em 14 de março de 2006. Presta atendimento a portadores de deformidades craniofaciais de origem congênita e em situação de vulnerabilidade socioeconômica, servindo a dois propósitos: humanitário, para a área de saúde e assistência social; e científico, no treinamento de profissionais (neurologistas, fonoaudiólogos, psicólogos, entre outros), para o aperfeiçoamento de técnicas cirúrgicas e de tratamento de anomalias craniofaciais. Ao construir um quebra-cabeças, você ajuda a reconstruir a face de uma criança.

🌐 www.facebrasil.org.br

INSTITUTO ABCD

Criado em março de 2009, o Instituto ABCD é uma organização da sociedade civil de interesse público (Oscip) que trabalha na conscientização para a importância do diagnóstico e tratamento dos transtornos de aprendizagem. A entidade auxilia na formação de professores e dá amparo à atuação de especialistas da saúde. A dislexia não tem cura, mas com o apoio afetivo da família e da escola, por meio de metodologias específicas e professores qualificados, os portadores podem superar as dificuldades e levar uma vida normal. A entidade conta com o apoio do diretor de arte Giovanni Bianco, que criou a logomarca da campanha "Muito mais do que palavras", estampada nas camisetas do instituto. A verba arrecadada com a venda será usada no financiamento do projeto de alfabetização de crianças.

🌐 www.institutoabcd.org.br



Valor: R\$ 55,00



Valor: R\$ 30,00

INSTITUTO COMAR

O Instituto Comar – Conservação Marinha do Brasil é uma associação civil ambientalista qualificada como Osci, fundada em fevereiro de 2008, sem fins lucrativos e de caráter científico e educacional. Tem a finalidade de atuar pela preservação, conservação, recuperação e manejo sustentável do meio ambiente e dos bens e valores culturais. Além disso, a entidade participa ativamente de reuniões, fóruns regionais e consultas públicas realizadas em sua região de atuação (Joinville, em Santa Catarina), opinando sobre ações de conservação e uso sustentável da biodiversidade local.

www.institutocomar.org.br

CASA DA CHERRY

A loja Casa da Cherry, primeira franquia da ONG Orientavida, foi inaugurada em 21 de novembro de 2013, no bairro dos Jardins, em São Paulo. Seu diferencial é a possibilidade de adquirir produtos exclusivos e de qualidade e, ao mesmo tempo, ajudar pessoas por meio da ONG Orientavida. No espaço, estará à disposição uma seleção única de itens feitos pela Orientavida, desde a coleção completa de Alice no País das Maravilhas, criada por Ana Strumpf, até coleções exclusivas e edições limitadas. Além dos produtos da ONG, a Casa da Cherry contará com a participação de outros grupos de trabalho artesanal, como Porcelanas Monte Sião, enxovais da Ethel Whitehurst, produtos do Grupo de Artesãos de Taboa, entre outros.

www.casadacherry.com.br

Diversos itens, de pelúcia a porcelana

Valor: sob consulta





HISTÓRIAS PARA BOIS ACORDAREM

Eu nasci no mato. Mais precisamente no Mato Grosso. Sou cuiabano de chapa e cruz, como por lá costumamos dizer. Cresci às voltas com o meio rural. Contudo, seria exagerado e impreciso, na melhor das hipóteses, afirmar que eu sou um típico homem da roça. Meu pai o foi, com muito orgulho. Ele cresceu em um sítio no interior de São Paulo e viveu seus últimos anos em uma fazenda próxima a Cuiabá. Ciclo da vida, poder do eterno retorno. Por convite dele frequentei bastante o campo, às vezes por vontade própria, outras vezes para agradá-lo e desfrutar de sua companhia. Foi assim que eu conheci os bois.

Os ditos populares são rica fonte de inspiração. Surgem não se sabe onde e se espalham como fogo em palha seca. Na linguagem escrita e, principalmente, na oral, sintetizam valores, representam costumes, simbolizam e coloreem crenças, emprestam certo ar de sapiência à troca de conselhos. Por vezes são criticados pela ausência de profundidade epistemológica. Sabedoria rasa, dizem alguns. Mas será que as palavras devem ser responsabilizadas pelos atos de quem as profere? Serão simplórias as expressões ou trata-se da coerência entre o que se pensa, fala e faz? Se as palavras fossem nuvem que fazem chover e as atitudes fossem gotas filhas dessas nuvens grande parte das dificuldades humanas poderia ser resolvida com a repetição exaustiva de uma única palavrinha de quatro letras.

Por amor ao leitor – olha a dica discreta da palavrinha mágica – está na hora de ir ao encontro dos bois.

Exemplo de dito popular: histórias para boi dormir. Lá no Mato Grosso eu vi muitos bois dormirem. Cena engraçada. Parece que eles nunca param de ruminar e lançar seus rabos contra as moscas insistentes. Aliás, as moscas ganharam meu respeito quando descobri que Sócrates se considerava uma mosca a incomodar a vaca cansada que era Atenas. Literalmente, eu nunca contei uma história sequer para um boi dormir. Anotarei esta pendência em minha lista de afazeres vindouros. Metaforicamente, todavia, pessoalmente já contei, vi e sigo vendo muitas histórias sendo contadas por muitos para bois dormirem. Rodízio de papéis entre boi e contador. Será que alguém é capaz de dizer que nunca foi vítima e/ou algoz desse tipo de situação?

Apesar de a imagem literal ser chistosa, o sentido figurado deste dito popular é incômodo e potencialmente nocivo, especialmente quando contamina a estrutura de uma comunidade. Em termos mais amplos, vivemos em um país cujos sócios vêm tendo seus ouvidos gastos por promessas, justificativas, ironias, ou, pior, silêncio indiferente e desrespeitoso. Acostumar-se a ser boi neste cenário (e aqui não quero ofender a comunidade bovina) causou danos sérios ao desenvolvimento brasileiro. Parece que precisamos de muito mais

moscas para vencer a vontade de cochilar frente às conversas moles. Ainda no sentido figurado, em busca de um caminho mais luminoso, será que somente existem histórias para bovinos repousarem? Como ficaria o contrário desta expressão?

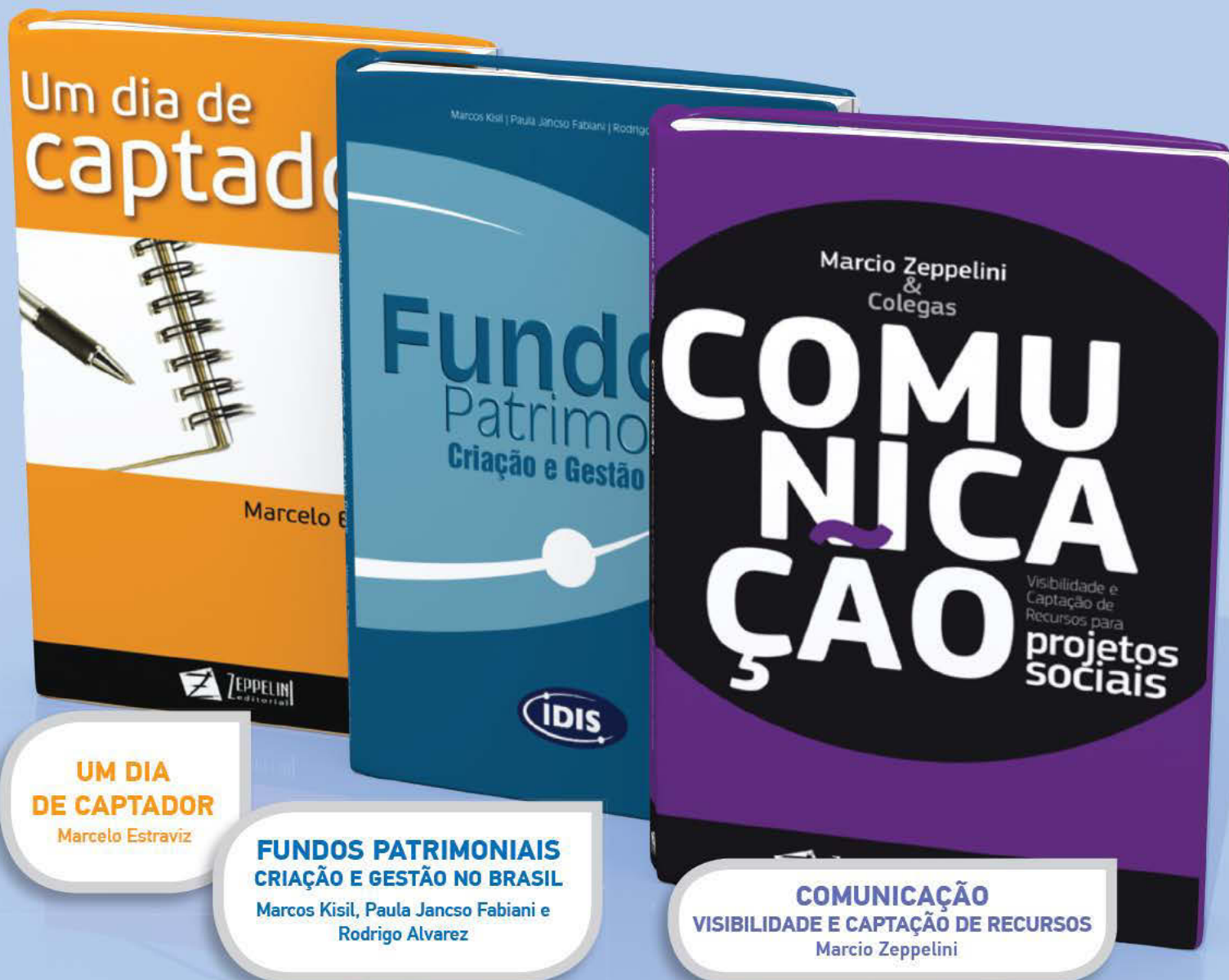
Histórias para bois acordarem! Se tive a alegria de ter uma infância tranquila e repleta de afeto, tenho a alegria de viver uma vida adulta em meio a gente que conta histórias para bois acordarem. No caos da sociedade contemporânea, com desafios de várias naturezas e direitos humanos ainda violentados amiúde, resistem protagonistas que seguem espalhando palavras e atitudes de valorização da vida. Circulando em diversos rincões de nosso país e de outros, vi e vejo gente que desafia a ladainha que torce pela alienação generalizada. Gente que não se serve de seu talento exclusivamente para fins individuais, mas o utiliza para servir e ensinar a servir. Dentro e fora do terceiro setor (movimento da sociedade civil organizada) percebo mentores de tantas jornadas de heróis, em ONGs, empresas ou em oportunidades cotidianas. Multiplicadores de vozes para o coro das histórias que podem acordar mais e mais bois. Trazendo outro dito popular, se compararmos o Brasil a um boi, diz a expressão que ele só engordará sob os olhares cuidadosos de seus donos. Brindo aos sócios interessados e, portanto, interessantes, que não desistem de seu rebanho! 🐮



..... COLEÇÃO **FILANTROPIA**

Cumprindo a missão de democratizar informações para profissionalizar a área social, o Instituto Filantropia tem, entre seus canais de comunicação, três obras técnicas voltadas para captação de recursos, comunicação e fundos patrimoniais

.....





Fórum Interamericano de FILANTROPIA ESTRATÉGICA



**De 11 a 14
de março
de 2014**

Saiba mais sobre a Gestão Estratégica do terceiro Setor

- 37 palestrantes
- 55 seções, entre palestras, debates e TEDs
- 20 temas debatidos em World Cafés
- Inovação: "Clínicas" de consultorias coletivas
- 2 jantares temáticos para integração

MACROTEMAS EM GESTÃO DO TERCEIRO SETOR:

Legislação
Contabilidade
Sustentabilidade
Recursos Humanos
Políticas Públicas
Assistência Social



Realização:



Organização:



Companhia Aérea Oficial:



Apoio:



Acesse o site:
www.fife.org.br

O evento acontecerá na
paradisiaca cidade de Natal